

POVO LIVRE

Director: José Luis Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt

Marques Mendes no encerramento do seminário sobre Saúde da Fundação Konrad Adenauer



Destaques:

Saúde «mais difícil, cara e distante em Portugal»

Pag 2 e seguintes

Jardim demite-se e obriga a eleições na Madeira

Em “Comissão Permanentedo PSD»

Agostinho Branquinho sobre política de saúde dos socialistas

Em “Parlamento”

Saúde «mais difícil, cara e distante em Portugal» afirmou Luís Marques Mendes no encerramento do seminário da Fundação Konrad Adenauer



O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, afirmou na semana passada que a saúde em Portugal está “mais difícil, cara e distante” dos cidadãos do que no início da governação socialista, há dois anos, e exigiu uma inversão de estratégia. O líder social-democrata falava no Porto, no encerramento de um seminário da Fundação alemã Konrad Adenauer, subordinado ao tema «**Healthcare Reform and the Modern Welfare State**».

“É impossível encontrar alguém que não reconheça que a situação no sector se agravou”,

A saúde “está mais difícil, mais cara e mais distante das pessoas” e o ministro Correia de Campos “está todos os dias a criar instabilidade nos serviços de saúde e insegurança nas populações”, frisou.

“Não se sabe o que o governo quer, apenas se percebe que o dinheiro não chega”, acrescentou, exigindo uma política de saúde “clara, coerente e ajustada aos objectivos e aos recursos”.

Ao fazer a radiografia da evolução do sector, Marques Mendes assinalou que os medicamentos subiram 7,6 por cento, entre o último trimestre de 2005 e o de 2006, e disse que 300 fármacos deixaram de ser comparticipados.

Afirmou que o governo “limita” o uso de medicamentos inovadores e “está a matar a política de genéricos”,

com abolição “prematura” da majoração de 10 por cento no seu preço.

Marques Mendes acusou o executivo de agravar o problema das listas de espera e de “lançar o caos e a confusão” nos cuidados primários, ao realizar “mal” uma “boa” ideia - a das unidades de saúde familiares.

Acusou ainda o executivo de “instalar a confusão, instabilidade e angústia nas pessoas” com o encerramento de urgências “sem criar alternativas eficazes em tempo útil”.

Na avaliação do presidente do principal partido de oposição, “não há uma política de saúde coerente, planeada e organizada. Tudo é casuístico, pontual e contraditório” e a preocupação é “de simples poupança sem avaliar a qualidade dos serviços prestados”.

Um governo “que encerra serviços de urgência e mantém auto-estradas sem portagens, não é justo. É um governo sem prioridades, sem coerência e sem preocupações sociais”, acrescentou.

Durante o seminário promovido pela Fundação Konrad Adenauer, o antigo presidente da Entidade Reguladora da Saúde, Rui Nunes, defendeu uma nova “onda reformadora” do sector que dê liberdade de escolha ao utente e ponha em competição directa os prestadores públicos e privados.

qual será ele próprio, muito útil, para as iniciativas que o Partido tem em programação.

O tema deste Seminário é actual e pertinente. Actual porque está na ordem do dia, em Portugal e em toda a Europa, a questão da reforma do Estado Social. Pertinente porque encarar este problema é contribuir para evitar a ruína do Estado Social.

Foi o propósito de contribuir para a reforma do Estado Social que levou o meu Partido, ainda muito recentemente, a apresentar ao País uma proposta séria e credível de reforma da Segurança Social.

A nossa proposta parte de um diagnóstico rigoroso, que é publicamente conhecido e é preocupante:

- Nos últimos 30 anos a taxa de natalidade diminuiu mais de 35%;
- Nos próximos anos, duplicará a percentagem da população com mais de 65 anos;
- O número de pensionistas cresce mais de 50% nos últimos 20 anos.

Ou seja, o problema demográfico com que nos confrontamos – traduzido em graves quebras de natalidade e no progressivo envelhecimento da população – obriga a encarar o problema com coragem, sob pena de estarmos a hipotecar o futuro da segurança social. Nada fazer é comprometer gravemente as pensões de reforma das próximas gerações.

Mas não chega ter o diagnóstico certo. É fundamental escolher a terapêutica adequada.

No caso concreto da Segurança Social é preciso mudar de modelo. Mais do mesmo não é solução. O modelo actual, com as actuais taxas de natalidade e o aumento da esperança de vida, no quadro dos previsíveis cenários de crescimento económico, está esgotado. Mantê-lo, mesmo que com alguns aperfeiçoamentos, só conduz a adiar o problema. E adiar o problema é, quando muito, resolver as exigências do curto prazo, mantendo uma espada de Dâmocles sobre o futuro do nosso regime de pensões.

A proposta de reforma da segurança social que subscrevemos representava, por isso mesmo, uma mudança de modelo.

Um novo modelo. Um modelo misto. Um modelo que concilia repartição com capitalização. Um modelo que já hoje vigora em Países dos mais desenvolvidos da Europa.

A reforma preconizada por Rui Nunes, que é coordenador para a Saúde no PSD/Porto, prevê que o Estado aposte na contratação da prestação de serviços com unidades dos sectores público, privado e cooperativo.

Considerando que a liberdade de escolha “só funciona quando há informação”, Rui Nunes preconizou a generalização da divulgação de indicadores de desempenho de hospitais e centros de saúde e o reforço da “cultura empresarial” nas unidades públicas.

A gestão descentralizada da saúde e a transferência de competências na área dos cuidados primários para entidades locais, nomeadamente autarquias, foram igualmente equacionadas por Rui Nunes.

O antigo presidente da Entidade Reguladora da Saúde advertiu, contudo, que a aplicação destas medidas implicaria o reforço do papel do Estado na regulação e inspecção aos operadores.

A intervenção de Marques Mendes

O texto completo da intervenção do nosso Presidente, foi o seguinte:

Quero começar por cumprimentar a Fundação Adenauer por mais esta iniciativa, de particular importância.

Agradeço o convite e congratulo-me com o debate aqui realizado, o



Um modelo que não dispensa o papel do Estado mas reforça a liberdade e a responsabilidade do cidadão. Um modelo destinado a garantir a sustentabilidade das pensões de reforma no curto, no médio e no longo prazo.

Infelizmente, não foi esta a opção do Governo. O Governo fez um remendo. Não fez uma reforma. Não resolveu um problema. Adiou-o por meia dúzia de anos. Não gerou confiança no sistema de pensões. Deixou no ar a dúvida, a incerteza e a insegurança em relação às pensões de reforma das próximas décadas e das próximas gerações.

Pior do que isso. O que acabou de fazer o Governo, em matéria de segurança social, foi manter um modelo que a prazo curto conduzirá a um brutal abaixamento das pensões de reforma. Os estudos conhecidos mostram que, com o remendo introduzido pelo Governo, as pensões de reforma venham a ser daqui a cerca de 30 anos sensivelmente metade das actuais.

«Infelizmente, é este o mesmo caminho que o Governo prossegue no sector da Saúde»

É assim que progressivamente se mata o Estado Social. E assim se vê como um Governo dito de esquerda e pretensamente imbuído de consciência social, acaba por dar uma machadada no futuro das pensões de reforma dos cidadãos mais vulneráveis e carenciados da nossa sociedade.

Infelizmente, é este o mesmo caminho que o Governo prossegue no sector da Saúde.

A Saúde, em Portugal, está na ordem do dia. Não pelas boas razões. Não porque esteja a ser objecto de qualquer reforma. A Saúde está na ordem do dia porque temos um Governo errático e incoerente e um Ministro da Saúde que, pela sua arrogância, auto-suficiência e incontinência verbal, está todos os dias a criar instabilidade nos serviços de saúde e insegurança nas populações.

Há 2 anos que este Governo foi eleito. Ninguém seriamente vai dizer que há 2 anos tudo estava bem na saúde em Portugal. Mas é impossível encontrar hoje alguém que não reconheça que a situação no sector da saúde se agravou e está hoje bem pior do que estava há 2 anos atrás.

As questões que se colocam são muito claras:

· Será que o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde está mais fácil? Não, infelizmente, a saúde está mais difícil, mais cara e mais distante das pessoas. E os Portugueses sentem-no no dia a dia.

· Será que as listas de espera diminuirão? Não, as listas de espera aumentaram, quer em número quer em tempo médio de espera. O que



diminuiu foi a vontade do Governo em combater as listas de espera.

· E os medicamentos que as pessoas compram nas farmácias? Estão mais baratos? Não, estão mais caros. Segundo o INE os preços dos medicamentos subiram 7,6 % entre o último trimestre de 2005 e último trimestre de 2006. É certo que as empresas baixaram o preço de alguns medicamentos. Só que ao mesmo tempo o Governo baixou a participação do Estado e deixou mesmo de participar mais de 300 medicamentos. Resultado final: apesar da propaganda do Governo, os medicamentos estão hoje mais caros, especialmente para os idosos, pensionistas e reformados.

· E será que os genéricos avançaram? Não, infelizmente estagnaram. Este Governo aboliu prematuramente a majoração de 10% no preço dos genéricos. Resultado: a subida significativa que os genéricos tiveram entre 2002 e 2004 não se prolongou por 2005 e 2006. pelo contrário, a quota de mercado dos genéricos estagnou e corre o risco de regredir.

A conclusão é esta: o Governo está a matar a política de genéricos que tanto custou a lançar em Portugal. Sendo medicamentos mais baratos, quem perde com esta política é o Estado e são os doentes. É um dos maiores erros estratégicos deste Governo.

· E que fez este Ministro no que se refere aos medicamentos inovadores? Medicamentos que podem trazer claros benefícios para os doentes? Utilizou mais uma vez critérios apenas económicos criando limitações várias à sua utilização. É sempre a qualidade que sai a perder.

· E quanto à reforma dos cuidados de Saúde Primários? Avança ou não avança? Infelizmente, uma boa ideia - a criação das Unidades de Saúde Familiares - está toda ela por concretizar. Falta a definição de objectivos, falta planeamento, falta regulamentação, falta investimento, falta clarificar a sua relação com os actuais centros de saúde. Assim se vê, como uma boa ideia mal realizada

pode lançar o caos e a confusão numa área essencial como são os cuidados de saúde primários.

· E o que dizer da racionalização dos serviços de urgência? Há meses que está instalada a confusão, a instabilidade e a angustia nas pessoas. Quer-se fechar urgências sem cuidar previamente de criar alternativas eficazes e a funcionarem em tempo útil. Quer-se fechar urgências sem ter a noção, sobretudo no interior, das distâncias até ao serviço de urgência mais próximo. Quer-se fechar urgências sem perceber que, nalguns casos, o fecho de umas vai representar o "entupimento" e a completa ruptura de várias outras.

Numa palavra: Dois anos depois de o Governo ter assumido funções a Saúde está mais cara, mais difícil e mais distante das populações.

Mas se os resultados são maus, a atitude do Governo é ainda pior. Não há uma política de saúde coerente, planeada e organizada.

«Uma única preocupação parece existir. Gerir a Saúde segundo uma lógica predominantemente económica»

Tudo é casuístico, pontual e contraditório. O País e os profissionais de saúde não percebem quais os pilares em que assenta a política de saúde, que objectivos têm e que estratégia segue. Quando assim é, nem a situação melhora, nem os resultados surgem, nem os profissionais de saúde se motivam.

Uma única preocupação parece existir. Gerir a Saúde segundo uma lógica predominantemente económica: há que angariar receitas, lançam-se a oito novas taxas ou impostos. Ricos, pobres ou remediados pagam todos por igual. Há que diminuir despesas, fecham-se às cegas urgências ou outros serviços de saúde. Quem perde é quem não tem rendimentos para poder recorrer a um serviço privado de saúde. A lógica é a do corte cego sem avaliar a qualidade dos serviços prestados e sem respeitar

limites mínimos de justiça e de equidade social.

Claro que não pode haver em cada esquina um hospital, um centro de saúde ou um serviço de urgência. Claro que os recursos são limitados e que o financiamento do serviço de saúde é uma questão essencial.

Mas agir assim, sem critério, sem coerência e sem um fio condutor, não é agir com justiça social. Agir assim é agravar as desigualdades sociais.

Ora, a verdade é esta: a Saúde tem especificidades muito próprias.

A Saúde não é uma questão matemática ou estatística. Não se governa a Saúde a subtrair ou a dividir. A Saúde não pode ser um luxo apenas ao alcance de alguns. A Saúde é um direito inalienável de todos, a começar nos mais pobres e carenciados.

Uma rede de equipamentos de saúde não é comparável a uma rede de equipamentos culturais ou de lazer. Ambas são necessárias. Só que uma falha ou um encerramento de um serviço de saúde essencial pode implicar a perda de uma vida. E isso faz toda a diferença.

A esta diferença chama-se sensibilidade social. Justamente o que tem faltado a este Governo. Um Governo dito de esquerda que fomenta a exclusão e a inconsciência social.

Porque a verdade é esta: um Governo que encerra serviços de urgência e mantém auto-estradas sem portagens não é um Governo justo. É um Governo sem prioridades, sem coerência e sem preocupações sociais.

Minhas Senhoras, meus Senhores: acabei de anunciar algumas das razões porque entendo estar doente a política de saúde em Portugal.

Não se sabe o que o Governo quer, apenas se percebe que o dinheiro não chega.

Ninguém sabe qual é o real objectivo do Governo, apenas se percebe que deste modo não se vai a lado nenhum.

Isto é grave. O direito à Saúde é hoje um dos adquiridos fundamentais de uma sociedade moderna e desenvolvida.

Tenho consciência de que é uma matéria difícil, pelos valores em presença e pelos recursos humanos e financeiros que exige.

Mas é essa mesma consciência que me leva a considerar imperioso e prioritário que o País disponha de uma política de Saúde clara, coerente e ajustada aos objectivos e aos recursos.

Só assim se defende o Estado Social. E o Estado Social, reformado, moderno e sustentável, é condição indispensável a uma sociedade que combate a exclusão e que pratica a solidariedade.

São estes os nossos valores. Valores de ontem, de hoje e de sempre. Os valores da nossa cidadania.

– Gab. Pres. PSD

Provas Globais: PSD acusa Governo de facilitismo e ministra procurou defender-se na AR



A ministra da Educação foi quinta-feira ao Parlamento justificar o fim da obrigatoriedade das provas globais do 9º ano, uma decisão classificada pelo PSD como “uma machadada no rigor” e uma “cedência ao facilitismo”.

Num despacho publicado em Diário da República a 10 de Janeiro, o Ministério da Educação (ME) determina que as provas globais do 9º ano, realizadas nas disciplinas não sujeitas a exame nacional, deixarão de constituir “um instrumento de avaliação obrigatória”.

Até aqui, as provas globais eram realizadas em todas as disciplinas do 9º ano, à excepção de Língua Portuguesa e Matemática, contando 25 por cento para a nota final do aluno a cada uma delas.

Segundo o despacho do ME, compete a cada escola a decisão de continuar a realizar as provas, “como instrumento de aferição de conhecimentos nas disciplinas que se considerem mais adequadas”, desde que as aulas não sejam interrompidas.

Para o PSD, que requereu o debate de urgência no Parlamento para discutir esta matéria, a medida “é muito grave, sendo emblemática do caminho completamente errado que o Governo tem seguido na Educação, cedendo ao facilitismo na avaliação dos alunos”.

“Queremos despertar consciências para este caminho que é muito prejudicial para o futuro do país. Vamos precisar de muitos anos para recuperar da cultura facilitista que o Governo do PS tem promovido na Educação”, disse o deputado social-democrata Pedro Duarte.

Numa nota enviada hoje às redacções, o ME justifica a decisão, alegando que “as provas globais devem ser substituídas progressivamente por provas externas de avaliação, também designadas como exames nacionais ou provas de aferição”, tanto no 9º ano, como no 4º e 6º anos.

“Esta tendência é exactamente a mesma que ocorreu no Ensino Secundário, onde a abolição das provas globais como instrumento de avaliação obrigatório, determinada pelo despacho normativo (...) do então ministro David Justino, resultou da consolidação dos exames nacionais”, conclui a tutela.

No debate de emergência pedido pelo PSD, o nosso Partido defendeu exigência na Educação

Num debate de urgência, requerido pelo PSD, a Ministra da Educação foi confrontada com o fim das provas globais no 9º ano.

O Grupo Parlamentar do PSD agendou esta discussão, impondo a presença da Ministra da Educação, e criticando veementemente a decisão governativa. “Acabar com as provas globais é ceder em toda a linha e abrir todos os flancos ao facilitismo”, foi o argumento básico social-democrata.

Esta é uma decisão que prova que o Governo renunciou aos critérios de exigência e do rigor, cedendo às práticas de progressão automática, visando eventualmente melhorias estatísticas e artificiais, que manipulam os reais resultados educativos, num momento em que deveríamos alargar os

mecanismos de avaliação intercalar dos alunos, o Governo cede ao “eduquês” e ao facilitismo.

Intervieram os Deputados Paulo Rangel, Pedro Duarte e Fernando Antunes.

Da Intervenção de Fernando Antunes destacamos:

«O que está em causa neste debate é um alerta ao governo e ao País sobre mais este degrau que o Governo desce a caminho da desresponsabilização da Escola e principalmente dos alunos e das famílias. O Governo em vez de subir um degrau desce-o, desgraçadamente para piorar a já tão depauperada qualidade do ensino em Portugal.

V. Exa., Senhora Ministra, o Governo e especialmente o Primeiro-Ministro vão estar um dia destes no alto daquela tribuna a cantar louvainhas a uma qualquer estatística que melhora o sucesso escolar no 9º ano!

É possível que as estatísticas apareçam mas elas não falarão verdade e pelo caminho do facilitismo, que os senhores querem trilhar, os alunos cada vez saberão menos ler, escrever, raciocinar ou apreender os ensinamentos que a vida lhes exige.

É lamentável que no fim de um ciclo, que é o 9º ano e último do ensino obrigatório V. Exa. contribua para aumentar o fosso enorme que é a dificuldade dos alunos que acedem ao 10º ano, que por si só já é um salto difícil, pior ainda quando para tal não estão preparados!

Esta tendência socialista para ter sucesso privilegiando passagens administrativas pela via do facilitismo na transição de ano é uma irresponsabilidade do Governo, que sacrifica o futuro de gerações de jovens que amanhã vão competir no amplo mercado europeu com muito maiores dificuldades de êxito, porque a sua base pedagógica, que é adquirida no ensino básico e que lhe foi ministrada pela escola pública, não teve quaisquer critérios de exigência e de responsabilização.

Quando devíamos evoluir naturalmente, estou certo que é isso que deseja a opinião pública portuguesa, onde incluo alunos, pais e professores, para que no 6º ano e depois no 4º ano pudéssemos ter exames, V. Exa. acaba com as provas globais no 9º ano e vamos ver se a veia facilitista e populista do Primeiro-ministro não vai condicionar, pelo fácil, o grau de exigência e de qualidade que devem ter os exames do 9º ano! Já nada nos admiraria, tal é a tendência do Ministério da Educação em transformar em aferição tudo o que ainda hoje significa um pouco de exigência e todos sabemos que as provas de aferição nada interferem no processo de transição do aluno, não sendo portanto um motivador de vontades, que ajuda alunos e professores na caminhada para o sucesso escolar.

É curioso analisar o modo exigente, duro e aqui e ali injusto porque autocrático, como V. Exa. tratou os professores, nos últimos dois anos! Eles foram para a senhora Ministra os “bombos da festa” para tudo o que de mal havia no ensino em Portugal.

Será que está a tentar agradar-lhes agora, libertando-os da teia burocrática de provas e exames que naturalmente dão muito trabalho?

Se assim é, está o Governo e V. Exa. a errar mais uma vez!

É que os professores deste País sofrem todos os dias no interior da sua sala de aulas:

- Porque muitos alunos não têm o mínimo conhecimento das matérias;
- Porque muitos alunos não trabalham;
- Porque há alunos que, em termos comportamentais, não deixam qualquer espaço para haver aprendizagem na respectiva turma;
- Porque há alunos com dificuldades de aprendizagem ou portadores de deficiência que, por falta de apoio, não permitem qualquer êxito no ensino da respectiva disciplina.

Senhora ministra: Os professores clamam não por facilitismo mas pela dignificação do seu importante papel no processo educativo;

Mais ninguém do que os professores querem receber alunos preparados e dá-los igualmente preparados ao colega do ano seguinte;

A verdade é que muitos deles se confessam diariamente impotentes, face à total impreparação dos alunos.

As provas globais e os exames são uma ajuda, já que eles sentem necessidade de instrumentos de exigência que ajudem os alunos à motivação, à auto-estima, ao alcançar de metas e objectivos.

Por isso denunciamos aqui, veementemente, o que consideramos ser mais um erro clamoroso do Governo, que, mistura a sua habitual arrogância com a cultura do fácil, o que no presente caso não é menos grave. **GP/PSD**



PSD quer esclarecimentos sobre contratação pela RAVE de ex-quadro da REFER



O deputado do PSD Miguel Relvas solicitou, no dia 15, ao Governo esclarecimentos sobre a contratação pela RAVE de um ex-quadro da REFER, depois deste de ter recebido uma indemnização desta última empresa por rescisão de mútuo acordo.

No requerimento enviado ao presidente da Assembleia da República, Miguel Relvas, começa por fazer referência à notícia hoje divulgada pelo Correio da Manhã, acerca da contratação de Manuel Lopes Marques pela RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade.

Segundo revela hoje o Correio da Manhã, Manuel Lopes Marques saiu em Junho de 2006 da REFER - Rede Ferroviária Nacional com uma indemnização de 210 mil euros e três meses depois foi contratado pela RAVE, outra empresa do grupo.

Ainda de acordo com o Correio da Manhã, Manuel Lopes Marques, ex-director-geral de exploração e conservação da Refer, empresa presidida por Luís Pardal, saiu a seu pedido em Junho de 2006, recebendo uma indemnização de 210 mil euros correspondentes a 35 anos de trabalho.

Contudo, no último trimestre do ano passado foi contratado para assessor do conselho de administração da Rave (Rede Ferroviária de Alta Velocidade), que é presidida também por Luís Pardal, com um vencimento mensal de 5.050 euros.

No requerimento, o deputado social-democrata solicita esclarecimentos a o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre esta situação, salientando que estão em causa duas empresas que são entidades públicas empresariais.

Miguel Relvas requer mais informações sobre esta situação, assim como questiona o ministro acerca da sua posição sobre a matéria e sobre se dela tinha conhecimento.

O deputado do PSD, que é também presidente da comissão parlamentar de Obras Públicas, questiona ainda Mário Lino sobre que medidas “já tomou ou pretende tomar”.

“Em nome da transparência e da fiscalização políticas, julga-se que este processo deve ser averiguado diligentemente pela tutela governamental e tratado de forma consequente”, refere ainda o deputado social-democrata no requerimento.

Em declarações à Lusa, Miguel Relvas sublinhou a necessidade do Governo dar uma resposta “rápida e exemplar” sobre esta questão, caso contrário, estará a “ser conivente”.

“O silêncio do Governo será um apoio cúmplice”, acrescentou.

Miguel Relvas adiantou ainda que, com este pedido de esclarecimentos, não pretende questionar a “qualidade técnica” de Manuel Lopes Marques, nem mesmo o ordenado que está a receber na RAVE, “mas apenas a metodologia seguida”.

“Havia outros soluções, como a requisição a uma empresa pela outra ou o pedido de uma licença sem vencimento”, referiu. - **Fonte: Lusa**

Subida do desemprego preocupa o PSD

O deputado Miguel Frasquilho, em declarações à comunicação social, considerou preocupante e grave a subida da taxa de desemprego para 8,2% no quarto trimestre de 2006. Salienta que este resultado traduz que, por dia, 445 portugueses perderam o emprego neste trimestre.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística a taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre de 2006 subiu 0,2% face ao período homólogo – 8,2%. O deputado Miguel Frasquilho salientou ainda que estes dados revelam a maior taxa de desemprego dos últimos 20 anos e que esta realidade, tão negativa, reflecte as políticas erradas que o Governo tem vindo a seguir. - **Fonte: Lusa**

Desemprego: Subida é “grave” e significa que por dia 445 ficaram sem emprego

O deputado do PSD Miguel Frasquilho considerou “grave” a subida da taxa de desemprego para 8,2 por cento no quarto trimestre de 2006, sublinhando que isso significa que por dia 445 portugueses ficaram sem emprego.

“É um resultado extremamente preocupante e grave”, afirmou Miguel Frasquilho, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Segundo dados hoje divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre de 2006 subiu 0,2 pontos percentuais face ao período homólogo, para 8,2 por cento.

Nas Estatísticas do Emprego relativas ao quarto trimestre, o INE indica que a população desempregada aumentou 2,5 por cento, face a período homólogo de 2005, para 458,6 mil indivíduos.

Salientando que estes dados revelam “a maior taxa de desemprego dos últimos 20 anos”, Miguel Frasquilho considerou que a subida daqueles valores para 8,2 por cento representa “uma realidade muito negativa, que reflecte as políticas erradas que o Governo tem vindo a seguir”.

“Estes números significam que, no último trimestre de 2006, por dia, mais 445 portugueses ficaram desempregados”, acrescentou o deputado social-democrata, que falava aos jornalistas na Assembleia da República.

Miguel Frasquilho assinalou ainda que a subida da taxa de desemprego significa que, “ao contrário das promessas do Governo”, em vez de estarem a ser criados novos empregos, “o que se verifica é a destruição de postos de trabalho”.

Em média, a taxa de desemprego foi de 7,7 por cento em 2006, o que traduz um acréscimo de 0,1 pontos percentuais face ao ano anterior.

A população média desempregada aumentou 1,3 por cento em relação ao ano anterior, para 427,8 mil indivíduos.

A população empregada registou um acréscimo anual de 0,7 por cento.

Fonte: Lusa

PSD acusa Governo de gerir saúde numa lógica economicista



O deputado do PSD Agostinho Branquinho acusou hoje o Governo de gerir a política de saúde numa lógica predominantemente económica, acusando o ministro da tutela de criar instabilidade no sector.

O deputado social-democrata escolheu a política de saúde para o tema da sua declaração política no período antes da ordem do dia do plenário da Assembleia da República, ao contrário de todos os outros grupos parlamentares, que falaram sobre o referendo de domingo.

Na sua intervenção, Agostinho Branquinho afirmou que “uma única preocupação parece existir [no governo], gerir a saúde segundo uma lógica predominantemente económica”, sublinhando que

“os medicamentos estão mais caros” para os utentes.

“Há que angariar receitas, lançam-se a oito novas taxas ou impostos. Há que diminuir despesas, fecham-se às cegas urgências ou outros serviços de saúde”, criticou Agostinho Branquinho.

Para o deputado, “é por todos reconhecido o ambiente de conflitualidade permanente e estéril” entre as classes profissionais e o ministro da Saúde [Correia de Campos], que acusou de “criar instabilidade nos serviços de saúde e insegurança nas populações”. - **GP/PSD**

Intervenção sobre a política de saúde do governo socialista

Deputado Agostinho Branquinho
Assembleia da República, 15 de Fevereiro de 2007

Os Portugueses são confrontados, quase diariamente, com problemas graves, bloqueios e até tragédias, na área da Saúde que nos deixam a todos perplexos e profundamente preocupados com o caos a que este Governo está a conduzir o sector.

Infelizmente, pelos piores motivos, a Saúde em Portugal, está, na ordem do dia. Não porque esteja a ser objecto de qualquer reforma, como seria de esperar. A Saúde está na ordem do dia porque temos um Governo errático e incoerente, que usa e abusa da propaganda e dos anúncios sem sequência, e um Ministro da Saúde que, pela sua arrogância e incontinência verbal, está todos os dias a criar instabilidade nos serviços de saúde e insegurança nas populações.

Passaram já dois anos desde que este Governo tomou posse. É impossível encontrar hoje alguém que não reconheça que a situação, no sector da saúde, se agravou e que está hoje bem pior do que estava há 2 anos atrás.

Basta interrogarmo-nos sobre aquelas que são algumas das questões essenciais:

· Será que o acesso dos cidadãos aos serviços de saúde está mais fácil? **Não.** A aplicação de novas taxas ditas moderadoras para os internamentos e para as cirurgias é mais uma violação grosseira dos compromissos eleitorais do Partido Socialista e seu Governo, profundamente injusta e gravosa, do ponto de vista social.

· Será que as listas de espera diminuíram?

Não. As listas de espera aumentaram, não só em número como também em tempo médio de espera. O que diminuiu, de forma dramática, foi a vontade do Governo em combater as listas de espera.

· E os medicamentos que as pessoas compram nas farmácias estão mais baratos?

Não. Estão mais caros. Os dados mais recentes do INE são claros. Os preços subiram 7,6 % entre o último trimestre de 2005 e último trimestre de 2006. Ao mesmo tempo, o Governo baixou a comparticipação do Estado e deixou mesmo de participar mais de 300 medicamentos. O resultado é claro: apesar das habilidades de propaganda do Governo, os medicamentos estão hoje mais caros, os que é particularmente trágico para os idosos, pensionistas e reformados.

· E será que os genéricos avançaram?

Não. Infelizmente estagnaram e a subida significativa que tiveram entre

2002 e 2004 não se prolongou por 2005 e 2006. O Governo está a matar a política de genéricos que tanto custou a lançar em Portugal. Sendo estes medicamentos mais baratos, quem perde com esta política são os doentes, somos todos nós.

· E quanto à reforma dos cuidados de Saúde Primários? Infelizmente, uma boa ideia – a criação das Unidades de Saúde Familiares – está toda ela por concretizar. Falta a definição de objectivos, falta planeamento, falta regulamentação, falta investimento, falta clarificar a sua relação com os actuais centros de saúde. Assim se vê, como uma boa ideia mal realizada pode lançar o caos e a confusão numa área essencial como são os cuidados de saúde primários.

· E a racionalização dos serviços de urgência? Há meses que está instalada a confusão, a instabilidade e a angústia nas pessoas. Anuncia-se o fecho de urgências sem cuidar previamente de criar alternativas eficazes em tempo útil. Caso essas medidas avancem, tal como estão anunciadas, acentuar-se-á a desertificação de importantes zonas do interior e haverá largos segmentos das populações que ficarão a descoberto. Aliás, foi já assim que sucedeu com o encerramento de Maternidades, feito de forma autista e sem credibilidade nem transparência. Este é um elucidativo exemplo da desumanização da actuação na área da Saúde, por parte deste Governo, numa lógica estritamente economicista.

· Complementarmente a esta desastrosa actuação, quanto ao encerramento de serviços essenciais foi feita alguma reforma na Emergência Médica Pré-Hospitalar?

Não. Também o INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica não está, ainda, dotado de recursos humanos e dos instrumentos necessários para acorrer às situações mais gravosas, como, infelizmente, o testemunham os recentes casos mortais, em várias zonas do País.

Numa palavra: Como ainda ontem referiu o Presidente do PSD, Dr. Luís Marques Mendes, dois anos depois de o Governo ter assumido funções, **a Saúde está mais cara, mais difícil e mais distante das populações.**

E tudo isto porque não há uma política de saúde coerente, planeada e organizada. Tudo é casuístico, pontual e contraditório.

O País e os profissionais de saúde não percebem quais os pilares em que assenta a política de saúde, que



objectivos têm e que estratégia segue. Quando assim é, nem a situação melhora, nem os resultados surgem, nem os profissionais de saúde se motivam.

É por todos reconhecido o ambiente de conflitualidade permanente e estéril entre o Ministro da Saúde e as classes profissionais e nenhuma reforma, nenhuma mudança, se pode almejar estando deliberadamente contra tudo e contra todos.

Uma única preocupação parece existir. Gerir a Saúde segundo uma lógica predominantemente económica: há que angariar receitas, lançam-se a oito novas taxas ou impostos. Há que diminuir despesas, fecham-se às cegas urgências ou outros serviços de saúde. A lógica é da simples poupança sem avaliar necessidades impostergáveis nem a qualidade dos serviços prestados. É aliás, isso que pensam muitos especialistas do sector, mesmo da área socialista. Ainda recentemente, a antiga Ministra de um governo socialista Manuela Arcanjo considerou que a política de saúde do actual Governo é “*um case study*”, sustentando que ela “*traduz, apenas, uma visão contabilística da saúde*”

É claro para nós, que somos um Partido responsável, que os recursos são limitados e que o financiamento do serviço de saúde é uma questão essencial.

Mas agir sem critério, sem coerência e sem estratégia, não é agir com justiça social. Agir assim é agravar as desigualdades sociais.

A Saúde não é uma questão matemática ou estatística. A Saúde

não pode ser vista como um luxo. A Saúde é um direito inalienável de todos, a começar nos mais pobres e carenciados. Uma rede de equipamentos de saúde não é comparável a uma rede de equipamentos culturais ou de lazer. Uma falha ou um encerramento de um serviço de saúde essencial pode implicar a perda de uma vida. E isso faz toda a diferença.

A esta diferença chama-se sentido de responsabilidade e exige sensibilidade social. Justamente o que tem faltado – e muito – a este Governo socialista.

Um Governo que encerra serviços de urgência e mantém auto-estradas sem portagens não é um Governo justo. É um Governo sem prioridades, sem coerência e sem preocupações sociais.

(...)
Não se sabe o que o Governo quer para a área da Saúde, apenas se percebe que o dinheiro não chega.

Isto é grave. O direito à Saúde é hoje um dos adquiridos fundamentais de uma sociedade moderna e desenvolvida.

Temos consciência de que é uma matéria difícil, pelos valores em presença e pelos recursos humanos e financeiros que exige.

Mas é essa mesma consciência que nos leva a considerar imperioso e prioritário que o País disponha de uma política de Saúde clara, coerente e ajustada aos objectivos e aos recursos.

É assim que se defende, de forma coerente, o Estado Social.

É aquilo que não está a acontecer com este Governo.

(...)



Intervenção sobre o Tratado da Antártida

Deputado Luís Carloto Marques
Assembleia da República, 16 de Fevereiro de 2007



Perto do “Mundo do Fim do Mundo” ergue-se uma enorme região do globo que, devido às suas características, o homem ainda não conseguiu habitar permanentemente, o que não quer dizer que diversos países não tivessem reivindicado para si o seu quinhão de território.

Os primeiros países subscritores que assinaram o Tratado da Antártida, onde estavam os sete que reivindicavam direitos sobre esta região, celebraram um acordo onde se comprometiam a utilizar a zona unicamente para fins pacíficos, nomeadamente para pesquisas científicas.

O Parlamento discute hoje um projecto de resolução no qual se recomenda ao Governo que Portugal ratifique este tratado.

Portugal foi, na pessoa dos seus navegadores, uma nação pioneira no planeta que “deu novos mundos ao mundo”. Assim sendo, o conteúdo deste tratado representa muito do nosso espírito como país. A sua subscrição é pois um desafio para todos nós, especialmente para a nossa comunidade científica.

A Antártida é uma região singular. Antes da deriva dos continentes estava unida à Índia, Austrália e América do Sul e possui quase 14 milhões de quilómetros quadrados, área que, no seu Inverno rigoroso, pode atingir cerca de 30 milhões de quilómetros quadrados. O seu diâmetro atinge cerca de 4500 quilómetros. Contém cerca de 80 por cento da água doce do planeta mas, ironicamente, é considerada a região mais seca do planeta, isto se exceptuarmos as zonas costeiras e insulares.

Trata-se também da região mais alta do globo, com uma altura média de 2000 metros e é a mais ventosa, com rajadas que podem atingir os

trezentos e vinte e sete quilómetros, a par de ser a mais fria do planeta.

São raros os animais que aqui habitam. Luc Jacquet immortalizou-os através da sétima arte e ao realizar um filme sobre a longa marcha dos pinguins imperadores.

A Antártida tem ainda outras particularidades. Ela conserva a memória dos portugueses, nomeadamente dos nossos investigadores que lá trabalharam em missões internacionais, mas, também, dos que reivindicaram para esta região um estatuto especial.

Cabe aqui referir o português Fernando Pereira, que faleceu como todos sabemos em 1985 na Nova Zelândia, vítima que foi de um atentado bombista ao Navio da Greenpeace.

A Antártida conserva a memória da Terra. Foi lá, no seu gelo profundo, que os cientistas descobriram qual era a nossa atmosfera há milhares de anos. Descobrimos aí que estamos a modificar a composição da nossa atmosfera e, consequentemente, estamos a alterar o clima à face do globo.

A este propósito, convém recordar que faz hoje dois anos que um conjunto muito significativo de nações ratificou o Protocolo de Quioto.

O ex-vice presidente americano Al Gore demonstrou, recentemente, no que é hoje a Nossa Verdade Inconveniente, que estamos perante um desafio sem precedentes para a humanidade. Foi particularmente relevante a sobreposição realizada de diversas fotografias, de épocas diferentes, da Antártida revelando as mesmas que esta está a perder cerca de 152 quilómetros cúbicos de gelo por ano.

Em cerca de 50 anos a espessura do gelo diminuiu aproximadamente quarenta por cento e a área congelada é, agora, um terço da área total da região, ou seja de 5.3 milhões de Km² num total de 14 milhões de km²;

Foi sobre esta imensa região que os satélites descobriram que a Terra estava a ficar sem a camada protectora de ozono, que nos protege da radiação ultravioleta. O CFC's que usamos no nosso quotidiano, ou o brometo de metilo que usamos na agricultura

chegaram ao “Mundo do Fim do Mundo”.

Apesar da subscrição do Tratado de Montreal, no qual nos comprometemos a diminuir a utilização destas substâncias nocivas para o ozono, esta batalha ainda está longe de ser ganha. A Antártida recorda-nos isso todos os dias.

Apesar de nunca termos usado o Dicloro Difetil Tricloroetano, vulgo DDT, na Antártida, os pinguins que ali residem tinham este poluente na sua gordura. A Antártida ensinou-nos que este insecticida migra na cadeia alimentar e pode chegar até aos animais que vivem nesta região longínqua.

A fragilidade e singularidade da Antártida dá-nos também uma lição de política.

Quem pensava que as

preocupações ecológicas eram uma moda passageira, enganou-se profundamente.

Quem ambicionou que, através da legítima preocupação dos cidadãos, perante o desgoverno ambiental do planeta, ganharia a visibilidade política necessária para ascender aos centros de decisão, para aí desconsiderar as mais fundadas preocupações sobre o tema, a Antártida é uma lição de sabedoria.

O Ambiente é uma política estrutural do Séc. XXI.

Não são os Senhores da API, com a quase total subserviência do Ministro do Ambiente que nos vêm ensinar hoje qual é o papel que as políticas ambientais têm no século XXI.

A Antártida está aí para os ensinar, caso não acreditem.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n.º 98/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 211/X (PS)

Projecto de Lei n.º 219/X (PEV)

Projecto de Lei n.º 236/X (PSD)

Projecto de Lei n.º 239/X (PSD)

(Procede à vigésima primeira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro)

Proposta de Lei n.º 107/X (GOV)

(Cria um regime de mediação penal, em execução do artigo 10.º da Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal)

QUINTA-FEIRA, DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Discussão conjunta:

Projecto de Lei n.º 340/X (PS)

(Providências de combate à corrupção mediante gestão preventiva dos riscos da sua ocorrência)

Projecto de Lei n.º 341/X (PS)

(Aprova alterações ao Código Penal e a legislação penal avulsa sobre prevenção e repressão da corrupção)

Projecto de Lei n.º 345/X (PSD)

(Combate à corrupção)

Projecto de Resolução n.º 177/X (PSD)

(Prevenção da Corrupção)

VOTAÇÕES às 18H00

SEXTA-FEIRA, DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Perguntas Sectoriais ao Ministro da Ciência e do Ensino Superior

Intervenção sobre o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Deputado Emídio Guerreiro
Assembleia da República, 15 de Fevereiro de 2007

Discutimos hoje duas iniciativas, uma do PCP e outra do PSD, ambas visando alterar a lei que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Esta discussão não surge neste momento por um mero acaso ou capricho de alguns.

Surge como a única resposta possível a um estilo de governação fértil em promessas e compromissos, mas estéril em obras e resultados.

É o estilo PS.

Senão vejamos:

Em Maio de 1999 depois de amplo debate foi aprovada a estratégia nacional de luta contra a droga.

Mais de um ano depois, em Novembro de 2000 foi aprovada a lei definindo o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

E é quase dois anos depois de ter sido aprovada a Estratégia que, em Abril de 2001, foram finalmente publicados os diplomas que estabeleceram a organização e aprovaram o estatuto das comissões para a dissuasão da toxicod dependência.

Finalmente, em Junho de 2001, foram nomeadas as pessoas que integraram as direcções das CDT.

Ou seja, o PS e o seu Governo de então demoraram quase dois anos a criar os instrumentos que respondiam à estratégia da luta contra a droga e toxicod dependência!

Como pouco depois o Partido Socialista fugiu às responsabilidades que tinha assumido perante os Portugueses, o novo Governo, liderado pelo PSD, foi quem teve de lançar e acompanhar no terreno, a partir de 2002, a estratégia e os instrumentos de combate ao flagelo da droga.

No que respeita ao aspecto mais inovador da legislação, a dissuasão, foram desde cedo detectados alguns constrangimentos:

Desde logo o facto de as Comissões terem composição colegial e não individual e o seu âmbito de intervenção ser o do distrito, independentemente da concentração de processos.

As Comissões, compostas por pessoas, muitas nomeadas por critérios meramente partidários, não conseguiam, nuns casos, dar conta dos processos e, noutros, tinham um número insignificante de casos, chegando, pasme-se a um numero



mínimo de 3 processos por mês.

Impunha-se, por conseguinte, reorganizar as Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência, tornando-as mais eficientes, e proceder a aperfeiçoamentos da Lei n.º 30/2000.

Então, o Governo do PSD fez constituir um grupo de trabalho, composto, entre outros, pelo actual Presidente do IDT, o qual elaborou um documento que continha importantes propostas de alterações ao modelo da dissuasão.

O Governo procedeu ainda à avaliação das políticas de combate à droga e toxicod dependência, recorrendo aos técnicos do INA e do IDT, e deixou em fase de conclusão um novo Plano Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicod dependência.

Por tudo isto e pelo trabalho realizado no terreno, não surpreende que, em Dezembro de 2004, o actual Presidente do IDT afirmasse que, e cito, “em termos globais, penso que a estratégia cumpriu os seus objectivos e

podemos dizer que estamos melhor do que há quatro anos”, ou seja, reconhecendo que os Governos liderados pelo PSD tinham cumprido a sua missão no que respeita à concretização da estratégia aprovado em 1999.

Mas, como recordarão Vossas Excelências, a anterior Legislatura é então abruptamente dissolvida e o PS regressa ao Governo.

No seu Programa, o actual Governo garantia que iria, e cito uma vez mais, “relançar as Comissões para Dissuasão da Toxicod dependência.”

Mas, perguntam Vossas Excelências, o que aconteceu desde então?

Segundo o último relatório do Instituto da Droga e Toxicod dependência, em 2005 registaram-se 6260 contra-ordenações por consumo de drogas, o que representa um aumento de 17% face a 2004.

Ou seja: o problema aumenta, o Estado é inoperante e o Governo está calado e não toma as medidas que os especialistas lhe recomendam.



É verdade, Senhores Deputados.

Até meados do ano passado, ou seja, durante mais de um ano, o actual Ministro da Saúde não disse uma única palavra sobre a política do Governo no combate à droga.

Num requerimento ao Ministro da Saúde alertávamos para o agravamento dos problemas de funcionamento das CDT, algumas das quais estão há longo tempo sem quórum ou sem Presidente, como sucede em Lisboa, Évora, Guarda, Faro, Bragança e Viseu, ou seja, em um terço dos distritos do continente!

O caso de Lisboa é mesmo paradigmático: desde que a actual Deputada Antónia Almeida Santos abandonou o cargo presidente da CDT de Lisboa, ainda não foi nomeado o seu sucessor e a Comissão está parada.

Há dois anos!

Mas o que respondeu então o Governo ao referido Requerimento, já lá vão quase oito meses?

Reconheceu que, e cito, “os problemas com o funcionamento das CDT’s iniciaram-se pouco depois da sua instalação” e disse estar em preparação “o modelo de intervenção, eventuais alterações legislativas, de composição e distribuição geográfica.”

Depois, o que fez o Governo?

Ao longo destes oito meses, o executivo não tomou qualquer medida concreta que desse expressão às suas propaladas intenções de reorganizar as CDT!

As propostas de alteração do modelo existem desde 2005, mas ao longo destes dois anos não se avançou rigorosamente nada!

Aliás, é uma vez mais o próprio Presidente do IDT que afirmava, ainda em 2005, que a descriminalização do consumo de drogas corria o risco de ficar descredibilizada se o modelo de dissuasão não sofresse reajustamentos.

É pois neste contexto – de total inação governativa – que o PSD não podia deixar de oferecer o seu contributo a essa discussão, tanto mais que se nos afigura que o Projecto de Lei do PCP deixa por resolver alguns problemas.

É o caso do âmbito geográfico de intervenção das CDT, em que o Projecto de Lei comunista é tudo menos claro, limitando-se a sugerir que a sua responsabilidade territorial seja fixada de acordo com critérios de racionalidade, como se este fosse um



Intervenção sobre as “Provas Globais no 9º Ano”

Deputado Fernando Antunes
Assembleia da República, 15 de Fevereiro de 2007

dos atributos do actual Ministro.

É também o caso da composição das CDT, em que o PCP, continua a apostar na lógica de “*um Presidente e dois vogais*”, – permanecendo assim fiel a um modelo falhado e caduco.

Com o presente Projecto de Lei, o PSD pretende contribuir para o início do processo de alteração da Lei n.º 30/2000, aproveitando os úteis contributos produzidos pelo já referido grupo de trabalho e que, infelizmente, o actual Governo mantém na gaveta há cerca de dois anos.

Propomos que a base das CDT seja, por regra, regional, muito embora, nalguns casos, essa base possa ter âmbito diferente se o grau de concentração de processos o justificar.

Consequentemente, devem as CDT deixar de estar vinculadas aos actuais Governos Cívicos.

Propomos que a direcção das CDT passe a ter composição singular, sem prejuízo da multidisciplinaridade da sua equipa técnica, única forma de dotar estas estruturas da exigível eficácia e operacionalidade no desempenho da sua missão legal.

Propomos ainda procedimentos tendentes a uniformizar os procedimentos das CDT, entendemos que estas devem passar a ter também a possibilidade de intervir oficiosamente na identificação e de indiciados e na apreensão de droga, e pretendemos reforçar a sua operatividade.

Além disso, pretendemos também com este diploma abrir caminho para o tratamento de casos -limite em que se verifique anomalia psíquica do toxicodependente.

Finalmente, colocamos em discussão a possibilidade de alteração do regime da detenção de droga, desde que, bem entendido, esta se destina exclusivamente a consumo próprio.

(...)

O Projecto de Lei que o PSD hoje traz a este Parlamento não é um ponto de chegada mas antes um ponto de partida.

Conhecemos bem o problema e sabemos das suas dificuldades.

Porém, não nos conformamos e nisso somos diferentes do PS.

Esperámos dois anos para que o Governo fizesse alguma coisa em matéria de dissuasão da toxicodependência.

Mas o governo nada fez e por isso achará normal que um terço das CDT esteja sem funcionar.

Mas este é o momento em que, olhando para o futuro, de boa-fé, todos devemos fazer um esforço para encontrar soluções que melhorem a dissuasão do consumo de drogas e procurem salvar tantas vidas que se perdem por causa desse flagelo.



O que está em causa neste debate é um alerta ao governo e ao País sobre mais este degrau que o Governo desce a caminho da desresponsabilização da Escola e principalmente dos alunos e das famílias. O Governo em vez de subir um degrau desce-o, desgraçadamente para piorar a já tão depauperada qualidade do ensino em Portugal.

V. Exa., o Governo e especialmente o Primeiro-Ministro vão estar um dia destes no alto daquela tribuna a cantar louva minhas a uma qualquer estatística que melhora o sucesso escolar no 9º ano!

É possível que as estatísticas apareçam mas elas não falarão verdade e pelo caminho do facilitismo, que os senhores querem trilhar, os alunos cada vez saberão menos ler, escrever, raciocinar ou apreender os ensinamentos que a vida lhes exige.

É lamentável que no fim de um ciclo, que é o 9º ano e último do ensino obrigatório V. Exa. contribua para aumentar o fosso enorme que é a dificuldade dos alunos que acedem ao 10º ano, que por si só já é um salto difícil, pior ainda quando para tal não estão preparados!

Esta tendência socialista para ter sucesso privilegiando passagens administrativas pela via do facilitismo na transição de ano é

uma irresponsabilidade do Governo, que sacrifica o futuro de gerações de jovens que amanhã vão competir no amplo mercado europeu com muito maiores dificuldades de êxito, porque a sua base pedagógica, que é adquirida no ensino básico e que lhe foi ministrada pela escola pública, não teve quaisquer critérios de exigência e de reponsabilização.

Quando devíamos evoluir naturalmente, estou certo que é isso que deseja a opinião pública portuguesa, onde incluo alunos, pais e professores, para que no 6º ano e depois no 4º ano pudéssemos ter exames, V. Exa. acaba com as provas globais no 9º ano e vamos ver se a veia facilitista e populista do Primeiro-ministro não vai condicionar, pelo fácil, o grau de exigência e de qualidade que devem ter os exames do 9º ano! Já nada nos admiraria, tal é a tendência do Ministério da Educação em transformar em aferição tudo o que ainda hoje significa um pouco de exigência e todos sabemos que as provas de aferição nada interferem no processo de transição do aluno, não sendo portanto um motivador de vontades, que ajuda alunos e professores na caminhada para o sucesso escolar.

É curioso analisar o modo exigente, duro e aqui e ali injusto porque autocrático, como V. Exa. tratou os professores, nos últimos dois anos! Eles foram para a senhora Ministra os “bombos da festa” para tudo o que de mal havia no ensino em

Portugal.

Será que está a tentar agradar-lhes agora, libertando-os da teia burocrática de provas e exames que naturalmente dão muito trabalho?

Se assim é, está o Governo e V. Exa. a errar mais uma vez!

É que os professores deste País sofrem todos os dias no interior da sua sala de aulas:

-Porque muitos alunos não têm o mínimo conhecimento das matérias;

-Porque muitos alunos não trabalham;

-Porque há alunos que, em termos comportamentais, não deixam qualquer espaço para haver aprendizagem na respectiva turma;

-Porque há alunos com dificuldades de aprendizagem ou portadores de deficiência que, por falta de apoio, não permitem qualquer êxito no ensino da respectiva disciplina.

Senhora ministra:

-Os professores clamam não por facilitismo mas pela dignificação do seu importante papel no processo educativo;

-Mais ninguém do que os professores querem receber alunos preparados e dá-los igualmente preparados ao colega do ano seguinte;

-A verdade é que muitos deles se confessam diariamente impotentes, face à total impreparação dos alunos.

As provas globais e os exames são uma ajuda, já que eles sentem necessidade de instrumentos de exigência que ajudem os alunos à motivação, à auto-estima, ao alcançar de metas e objectivos.

Por isso denunciámos aqui, veementemente, o que consideramos ser mais um erro clamoroso do Governo, que, mistura a sua habitual arrogância com a cultura do fácil, o que no presente caso não é menos grave.

Intervenção no debate Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Deputado José Eduardo Martins
Assembleia da República, 16 de Fevereiro de 2007

(...)

Saudamos o impulso político assumido pelo Governo com a apresentação da presente Proposta de Lei que pretende aprovar o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) por, na verdade, constituir este uma peça fundamental não apenas de todo o edifício jurídico-institucional da política para o território como, também, a base estrutural para a organização infra-estrutural fundamental do País.

Isso mesmo é o que decorre do disposto na alínea a) do artigo 9º da Lei de Bases do Ordenamento do Território, a Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, ao caracterizar o PNPOT como um “instrumento de desenvolvimento territorial (...) cujas directrizes e orientações fundamentais traduzem um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais”.

E nesse enquadramento o PNPOT vem reconhecer alguns dos mais importantes problemas estruturais do nosso País como, designadamente:

- A má gestão dos recursos naturais, com ênfase para a água e floresta;

- A deficiente exploração de fontes renováveis de energia;

- A reduzida eficiência energética tanto ao nível das actividades económicas, como nos modelos de mobilidade e consumo;

- A elevada dependência de fontes de energia primária importadas;

- A expansão desordenada das áreas metropolitanas e a má qualidade de áreas residenciais (sobretudo nos centros históricos);

- A deficiente inter mobilidade, com particular destaque para a dependência dos veículos automóveis privados;

- O insuficiente desenvolvimento do transporte ferroviário ou

- A dificuldade no cumprimento de legislação existente.

Assim, o PNPOT deveria estar orientado para a mitigação e a resolução destas questões através da implementação de medidas eficazes e concretas.

Contudo, da sua redacção, ou não se percebe como irão ser implementadas determinadas



medidas ou se definem novos e mais planos de implementação, o que irá gerar inevitavelmente uma rede de procedimentos burocráticos.

Por outro lado, apesar da sua grande abrangência, não é definido um órgão responsável pela sua implementação, nem um modelo de gestão do próprio PNPOT.

Também nada é referido a propósito da viabilização financeira da aplicação das medidas previstas no PNPOT.

O PNPOT também não clarifica os compromissos do Governo ao nível das medidas legislativas, dos investimentos públicos e dos instrumentos de natureza fiscal para concretização das propostas.

É, pois, indispensável que o PNPOT defina estratégias concretas e objectivas e não aumente, apenas, a teia de regulamentos e de procedimentos burocráticos, para lá dos já existentes.

Por estas razões, o documento é vago, muito extenso e de difícil implementação mesmo a longo prazo.

Por outro lado, as prioridades do

PNPOT não contemplam o problema da desertificação humana e física que atinge quase 2/3 do território nacional, sendo que este problema até poderá vir a ser agravado por uma multiplicação dos planos sectoriais.

Falta uma articulação com o Plano Estratégico Nacional do Desenvolvimento Rural 2007-2013 no sentido de serem previstas medidas para a protecção dos solos de maior produtividade, sobretudo nas áreas metropolitanas, as quais deveriam ser seguidas pelos PROTs.

Deveria ser dada mais importância no PNPOT à problemática dos riscos naturais na política de ordenamento do território e, em especial, aos impactos decorrentes das alterações climáticas para vários sectores económico-sociais e sistemas biofísicos, como os recursos hídricos, a agricultura, a floresta ou a orla costeira. Por isso, deveria existir, ao invés das simples medidas de prevenção e de mitigação previstas – como mapas de riscos –, uma maior articulação entre o PNPOT e o PNAC, sobretudo em matéria de medidas de adaptação.

Cerca de 1/3 do território nacional

é ocupado por espaços florestais sem qualquer valia económica directa. Contudo, o PNPOT não analisa em profundidade, nem apresenta propostas sérias, sobre o que fazer com estas áreas.

O sector imobiliário, axial na política de ordenamento do território, apenas merece, contudo, uma simples medida integrada no Objectivo Específico 3.3 de “promover mecanismos de combate à especulação fundiária”.

Dito isto, cabe, contudo, analisar o PNPOT tanto no seu percurso formal até ao presente estágio, como, ainda, alguns dos aspectos mais relevantes da sua substância.

O PNPOT aparece referido pela primeira vez no nosso ordenamento jurídico na já aludida Lei nº 48 do ano de 1998.

No entanto, só 4 anos depois – mais precisamente, em Fevereiro de 2002 – é que o Sr. Engº José Sócrates – então ministro do Ambiente e actual Primeiro-ministro –, acompanhado do Sr. Dr. Pedro Silva Pereira – então seu secretário de Estado do Ordenamento do Território e actual ministro da Presidência –, convocou uma reunião extraordinária do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) para, já depois de o Partido Socialista haver perdido as eleições legislativas, proceder à apresentação do “pacote” sobre Ordenamento do Território onde se incluía, não ainda o PNPOT, mas, imagine-se... apenas e tão-só uma mera Resolução do Conselho de Ministros que determinava que se procedesse à elaboração do aludido Plano!...

Caso para se dizer, tal como num *marketing* bastante actual que, também no desempenho político do Engº José Sócrates, “há coisas fantásticas, não há?...”

Após o desperdício de, pelo menos, 4 anos protagonizados pelo então ministro José Sócrates a respeito do PNPOT, o Governo da coligação PSD/PP elaborou o PNPOT nos pouco mais de dois que esteve em funções.

Se quaisquer eventuais dúvidas ainda subsistissem sobre este facto elas seriam, desde logo, totalmente dissipadas pela leitura do ponto 1. da “Reflexão” do CNADS sobre o PNPOT, datada de 14 de Julho de 2005, onde se afirma que “em 31 de Março de 2005, o Senhor Secretário



de Estado (...) João Ferrão solicitou ao Conselho a apreciação da actual versão do Relatório e Plano de Acção do PNPO – de Fevereiro de 2005”.

Portanto, ao apresentar apenas agora a versão final do PNPO, o Governo do Eng^o José Sócrates apenas persiste no timbre que sempre foi seu apanágio, mesmo enquanto ministro do Ambiente do XIV Governo, qual seja: empatar, empatar, empatar...

Estes (mais) 2 anos perdidos pelo actual Governo na aprovação do PNPO – cabe perguntar – foram-nos por que razão? Acaso para poderem dizer, quiçá, que o Plano é de sua autoria quando, como ficou sobejamente demonstrado, o mesmo já se encontrava concluído em Fevereiro de 2005?...

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

Uma das questões que muito pertinentemente atormenta os portugueses que se interessam pelas matérias do ordenamento do território e do desenvolvimento sustentável é, infelizmente, a veia marcadamente dilatatória tanto do Eng^o José Sócrates, como do Prof. Nunes Correia.

E porque a verdade se constrói também com a memória, atentemos nos seguintes factos relativos aos planos de ordenamento das Áreas Protegidas:

O Eng^o Sócrates, enquanto ministro do Ambiente, encontrou já elaborado, ainda dos tempos dos Governos do Prof. Cavaco Silva, o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que fez publicar ainda em 1995. E quedou-se por aí!

Seria o Governo da coligação PSD/PP que, em menos de três anos, aprovaria e faria publicar os Planos de Ordenamento:

- Do Parque Natural de Sintra/Cascais, em Janeiro de 2004;
- Do Paul de Arzila, em Junho de 2004;
- Do Parque Natural do Vale do Guadiana, em Novembro de 2004;
- Do Parque Natural das Dunas de São Jacinto, em Janeiro de 2005; e
- Dos Parques Naturais de S. Mamede e da Serra da Malcata, em Março de 2005.

Esse mesmo Governo deixou, também, já concluído, quando cessou funções em Março de 2005, o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida, que o actual Executivo viria depois a alterar, mas apenas por virtude do mero capricho político do Sr. Primeiro-Ministro de instalar a co-incineração de RIPs em pleno coração da Área Protegida.

O Governo PSD/PP deixou

também já praticamente concluídos os Planos de Ordenamento relativos ao Paul do Boquilobo, ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, ao Parque Natural da Serra da Estrela e ao Parque Natural do Douro Internacional.

Quando o actual ministro do Ambiente se deslocou, pela primeira vez, à Comissão Parlamentar de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, para uma audição com os Deputados, em 24 de Maio de 2005, as suas palavras foram, relativamente aos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas, textualmente as seguintes: “O que eu tenho a certeza é que a curto prazo vão ter uma surpresa a verem os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas a aparecerem e a serem agendados!”

Famous last words, Senhor Ministro!... Para além da publicação relativa ao Douro Internacional, que mais tem para nos apresentar meio mandato volvido?...

É que o Senhor Ministro do Ambiente vem somando desculpas, atrás de mais desculpas, em sucessivas e patéticas tentativas desesperadas para justificar os persistentes atrasos, cabendo perguntar-lhe que (mais) desculpas terá, então, no final do seu mandato para o incumprimento das

promessas?...

Pois bem! Mas será com esta mesma equipa governamental que, supostamente, se irá implementar o PNPO agora aqui apresentado.

Por isso, cabe perguntar, relativamente à concretização das medidas previstas no PNPO:

- Onde está a necessária articulação do PNPO com o QREN? Indique-nos, Sr. Ministro, uma única, que seja, medida do PNPO com correspondência no QREN;

- Onde está a necessária articulação do PNPO com as estratégias e programas sectoriais, como a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 ou o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013?...

- Quais as verdadeiras prioridades para o PNPO e onde está o quadro das atribuições e competências para a sua concretização?

- Onde estão previstos, no PNPO, os riscos naturais e, em especial, os impactos decorrentes das alterações climáticas para vários sectores económico-sociais e sistemas

biofísicos, como os recursos hídricos, a agricultura, a floresta ou a orla costeira? E, já agora, onde jaz a indispensável articulação entre o PNPO e o PNAC, sobretudo em matéria de medidas de adaptação?

- O PNPO vai, ou não, constituir o “guião” para as diversas políticas sectoriais? É que, por exemplo – que se veja –, nem na decisão sobre o carácter ferroviário ou rodod-ferroviário da nova Ponte Chelas/Barreiro ou nos critérios para os encerramentos das unidades e urgências hospitalares, um pouco por todo o País, se tem visto a ponderação de quaisquer critérios do PNPO... Ou será que o PNPO que o Sr. Ministro nos traz aqui hoje visa apenas coordenar as decisões estratégicas que já foram, entretanto, sendo definitivamente tomadas pelos outros sectores da governação de há dois anos a esta parte?...

Senhor Ministro do Ambiente: O nosso profundo receio é que V. Exa., afinal, acabe a concretizar as medidas do PNPO tal como o seu antecessor no cargo e actual Primeiro-ministro concretizou os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas... Ou seja, nada concretizando!...

(...)

Intervenção sobre as Provas Globais no 9^o ano Deputado Paulo Castro Rangel

Assembleia da República, 15 de Fevereiro de 2007



1. No dia 10 de Janeiro passado, foi sorratamente publicado, sem cameras, sem holofotes, sem altifalantes, sem bulício e sem máquina de propaganda, o Despacho

Normativo n.º 5/2007, um despacho da Senhora Ministra da Educação.

E com essa medida, o Governo chegou ao estúdio assumido e agora plenamente visível da “esquizofrenia política”.

Por um lado, proclama a era da qualidade e da excelência; pelo outro, fomenta medidas tendentes a perpetuar a mediania e a mediocridade.

Por uma banda, prega a cultura do mérito e da avaliação; por outra, implementa as práticas da progressão automática e sem controlo.

Nuns dias, fala em exigência e em esforço individual e colectivo; nos outros, rende-se à inércia e à pressão estatística.

No país, promete a revolução tecnológica; fora dele, promove o slogan dos salários baixos.

2. Com a supressão das provas

globais o Governo pretende ou, pelo menos, a Ministra pretende, – já que, todos o sabemos, o Primeiro-Ministro foi apanhado de surpresa em pleno debate mensal – pretende, dizia, acabar com a obrigatoriedade das provas globais do 9.º ano.

Nono ano que é – como todos sabemos também – o ano de conclusão do ensino básico; o mais importante e mais decisivo ano de transição dentro do sistema de ensino.

Aquele em que, antes da Universidade, mais se justifica um patamar de avaliação externa, seja individual, seja da escola, seja do sistema de ensino no seu todo.

3. Acabar com as provas globais nas disciplinas do 9.º ano não sujeitas a exame – isto é, todas menos português e matemática – é ceder em toda a linha e abrir todos os flancos ao facilitismo.

Ao abolir sumariamente as provas globais, sem dar explicações nem formular alternativas, aquilo que a

Senhora Ministra e a sua equipa querem dizer é que desistiram de lutar pela qualificação do sistema de ensino, é que sucumbiram ao mais inquietante facilitismo administrativo, é que renunciaram aos critérios da exigência e do rigor, é que preferiram as soluções de secretaria e de estatística às medidas substantivas e no terreno.

4.
(...)
O primeiro-ministro foi apanhado de surpresa, mas nós, nós não.

A Ministra que hoje cede ao facilitismo é a mesma que quer acabar com os trabalhos de casa por considerar – pasme-se – que estes são espaços de reprodução das diferenças sócio-culturais.

A Ministra que cede ao laxismo é a mesma que pondera estender o regime de professor único ao 5.º e ao 6.º ano, fomentando a infantilização dos alunos e desvalorizando o contacto com a pluralidade de métodos, personalidades e saberes.

A Ministra que cede ao nivelamento por baixo é a mesma que, quando os resultados não lhe parecem satisfatórios, muda as regras de acesso à Universidade em pleno processo de exames, não se importando de dar cobertura a despachos sem base legal, discriminando milhares e milhares de alunos.

A Ministra que prescinde da exigência da avaliação dos alunos é a mesma que todos os dias ignora, faz tábua rasa das dezenas de decisões judiciais que declararam ilegais as medidas por si tomadas.

A este propósito é bem caso para perguntar: se a Ministra não tira consequências da avaliação que os



tribunais fazem dos actos do seu Ministério, com que autoridade e com que credibilidade pode querer estabelecer e concretizar uma política de avaliação, seja dos alunos, seja dos professores, seja das escolas?

5. Quem – quem! – pode legitimamente surpreender-se que a Senhora Ministra ache que as provas globais do 9.º ano são descartáveis e dispensáveis?

Num momento em que – por muito que isso doa e custe numa fase inicial –devíamos estar a ponderar as vantagens e desvantagens da transformação das provas de aferição do 4.º e 6.º ano em provas de avaliação individual – seja como provas globais, seja como exame;

Num momento em que

deveríamos estar a alargar os mecanismos de avaliação intercalar (escritos, mas também, orais e práticos), fazemos recuos e regressões em toda a linha, apenas para sacrificar o verdadeiro incremento dos nossos níveis de conhecimento ao sucesso estatístico efémero, para inglês ou “bruxelês” ver.

Eis um governo que, habituado ao embalo e melodia da propaganda, privilegia a estatística dos resultados à substância do conhecimento.

6.
(...)
Apesar da expectativa que geraram, com um discurso demagógico, cujo principal efeito foi a desacreditação e desmoralização pública dos professores, tudo está agora à vista, à vista desarmada.



E isto, porque se obstinam em não mexer na única variável do sistema que pode realmente mudar alguma coisa: o modelo de organização e de gestão das escolas. O PSD já apresentou aqui as suas propostas, já adiantou os seus projectos e objectivos, mas o Governo, a Ministra e o PS continuam intransigentes em nada fazer nesse domínio.

Tomando um simples exemplo:

A senhora Ministra já terá parado para pensar como poderia ser diferente o destino trapalhão e atabalhoado da ideia das “aulas de substituição”, se a gestão das escolas fosse já profissional, obedecesse a critérios de responsabilidade e racionalidade, envolvesse a dinâmica local?

Não seria mais fácil definir critérios de substituição, escola a escola, segundo as suas especificidades, do que tudo centralizar na 5 de Outubro?

(...)

O problema do sistema educativo português não é, como julga o Governo, um problema de intendência sindical, de luta de classes entre professores e alunos; entre professores e pais de alunos.

O problema é, tão singelamente, um problema de exigência e de autoridade. Hoje está em causa a exigência e a qualificação do sistema.

(...)

O PSD pergunta

Requerimento 840-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Projecto de vigilância Florestal - Avelãs de Cima Floresta Segura- Agosto de 2007

Autor:

JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA em: 2007-02-13

Requerimento 841-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Proposta da Rede de Serviços de Urgências - Documento para Audição Pública

Autor:

JOSÉ MANUEL RIBEIRO

Enviado a: MIN SAÚDE em: 2007-02-13

Requerimento 842-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Sobre destacamento de professores de umas escolas para outras no âmbito do PETI - Plano para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil

Autores:

EMÍDIO GUERREIRO / MIGUEL MACEDO

FERNANDO ANTUNES / SÉRGIO VIEIRA

MARIA IRENE SILVA

Enviado a: MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL em: 2007-02-13

Requerimento 843-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Protocolo em concordância com o Ministério da Educação e o Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa para a “realização de um estudo de avaliação e acompanhamento/monitorização da implementação da reforma do ensino secundário” do de avaliação e acompanhamento/monitorização da implementação da reforma do



ensino secundário”

Autores

*EMÍDIO GUERREIRO / HERMÍNIO LOUREIRO
FERNANDO ANTUNES / MARIA IRENE SILVA
SÉRGIO VIEIRA / MIGUEL MACEDO*

Enviado a: MIN EDUCAÇÃO em: 2007-02-13

Requerimento 844-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Acompanhamento social de novos emigrantes portugueses
Autor:

JOSÉ CESÁRIO

Enviado a: MIN ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS em: 2007-02-13

Requerimento 845-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Centro de Saúde de Sesimbra - Ausência de Médicos no S.A.P

Autores

LUÍS RODRIGUES

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-02-13

Requerimento 846-AC/X/2

Data: 2007-02-08

Assunto: Resolução da Assembleia da República nº 41/2005, sobre a elaboração da Conta Geral do Estado

Autores:

*Luís Marques Guedes / José m. Ribeiro
Miguel Frasquilho*

Enviado a: GOVERNO em: 2007-02-13

Requerimento 859-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Avaliação da execução dos investimentos que o Governo se propôs realizar na região Autónoma dos Açores

Autores:

MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE

Enviado a: GOVERNO em: 2007-02-13

Requerimento 860-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Final imediato das tarifas ilegais cobradas pela C.P. no trajecto Barcelos-Porto

Autor:

FERNANDO SANTOS PEREIRA

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-02-13

Requerimento 861-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Eventual encerramento de Esquadra da PSP de Lamego

Autores:

MELCHIOR MOREIRA / JOSÉ CESÁRIO

Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA em: 2007-02-13

Requerimento 862-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Manuais escolares - Regulamentação da Lei nº 47/2006

Autora:

ANA MANSO

Enviado a: MIN EDUCAÇÃO em: 2007-02-13

Requerimento 863-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Vias Rodoviárias sem dono (Península de Setúbal) - Ligação entre a EN 10 e a EN 378, e Ligação entre a EN 10 e a EN 379

Autor:

LUÍS RODRIGUES

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-02-13

Requerimento 864-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Segurança Pública no Distrito do Porto

Autores:

AGOSTINHO BRANQUINHO / MIGUEL FRASQUILHO / SÉRGIO VIEIRA / JORGE COSTA

Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA em: 2007-02-13

Requerimento 865-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Criação da Universidade do Vale do Sousa

Autores:

AGOSTINHO BRANQUINHO / MIGUEL FRASQUILHO / MIGUEL QUEIROZ / JORGE COSTA

Enviado a: MIN CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR em: 2007-02-13

Requerimento 866-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Construção do Pavilhão Desportivo da escola EB 2,3, Paredes

Autores:

AGOSTINHO BRANQUINHO / MIGUEL FRASQUILHO / MIGUEL QUEIROZ / JORGE COSTA

Enviado a: MIN EDUCAÇÃO em: 2007-02-13

Requerimento 867-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Reabilitação da Ponte Maria Pia

Autores:

AGOSTINHO BRANQUINHO / MIGUEL FRASQUILHO / JORGE COSTA

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-02-13

Requerimento 868-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Falta de condições da 3ª Esquadra de Investigação Criminal, Porto

Autores:

AGOSTINHO BRANQUINHO / MIGUEL FRASQUILHO / SÉRGIO VIEIRA / JORGE COSTA

Enviado a: MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA em: 2007-02-13

Requerimento 869-AC/X/2

Data: 2007-02-09

Assunto: Degradação nas Estações das Devesas e General Torres, em Vila Nova de Gaia

Autores:

AGOSTINHO BRANQUINHO / MIGUEL FRASQUILHO / JORGE COSTA

Enviado a: MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES em: 2007-02-13

PE aprova acordo UE - Rússia sobre vistos e readmissão de imigrantes

Pela primeira vez UE exige garantia de respeito pelos Direitos Humanos num acordo com a Rússia

O Parlamento Europeu aprovou hoje dois Relatórios da Deputada do PSD Assunção Esteves sobre os dois acordos estabelecidos entre a União Europeia e a Federação Rússia: um, sobre facilitação de vistos de curta duração, o outro sobre a readmissão de imigrantes ilegais.

O que há de novo neste acordos é que eles em regra recebem do Parlamento um mero carimbo final, sem qualquer controvérsia. Desta vez, a paisagem dos direitos humanos na Rússia foi o ponto de partida do debate lançado pela deputada relatora.

E isso levou a algo não muito comum na prática interinstitucional da União: o Parlamento amanhã votará em Estrasburgo com a declaração formal de compromisso da Comissão e do Conselho em que se comprometem a exigir à Rússia o respeito pelos Direitos Humanos como forma de garantir o cumprimento dos acordos.

No debate a Deputada Assunção Esteves afirmou “A letra dos acordos e a sua paisagem política suscitam ao Parlamento muitas interrogações. O acordo de facilitação de vistos não garante uma verdadeira reciprocidade entre a União Europeia e a Federação Russa.” Pois segundo a Deputada “os vistos na Federação Russa conhecem uma complexidade insuportável: registos obrigatórios em cada deslocação no interior da Rússia, taxas suplementares, autorizações adicionais, sobretudo nas viagens à Chechénia e a algumas partes da Rússia Oriental, convites para a entrada que favorecem a corrupção, obstáculos burocráticos, enfim, controlo sobre controlo.”

“Todos os sabemos, a simplificação dos vistos na Rússia está envolvida num manto de incertezas. Um forte empenhamento da Comissão e do Conselho junto das autoridades russas é o que o Parlamento Europeu deseja e espera”

Segundo Assunção Esteves “o Comité Misto de Readmissão, de que fala o acordo, não pode excluir uma competência de vigilância dos direitos humanos”(…)” Os direitos humanos só podem constituir aqui o parâmetro incontornável de avaliação do cumprimento dos acordos e da boa fé das partes”

A terminar Assunção Esteves dirigiu-se à Comissão e ao Conselho e disse “Sr. Comissária, Sr. Representante do Conselho, um acto político tem sempre a marca da sua circunstância. Aqui a circunstância é uma União Europeia à procura da sua própria energia e é uma Federação Russa obstinada em não subscrever declarações essenciais sobre direitos humanos. Mas o silêncio da União aqui seria a sua negação da sua cultura de direitos”

Este novo acordo impõe à Rússia a obrigação de readmitir no seu território os nacionais russos que tenham entrado e residam ilegalmente num país da União Europeia. A obrigação de readmissão estende-se também aos nacionais de países terceiros e aos apátridas que tenham entrado ilegalmente no território da União directamente a partir do território da Rússia. A mesma obrigação de readmissão é imposta aos Estados membros da União, cujos cidadãos sejam encontrados a residir ilegalmente na Federação da Rússia.

O acordo de facilitação de vistos com a Rússia é o primeiro deste género a ser concluído entre a UE e um país terceiro. O objectivo é facilitar as viagens de curta duração entre os dois territórios, com base num princípio de reciprocidade, simplificando os procedimentos para a emissão de vistos (p.ex, redução do prazo médio de emissão para 10 dias, 3 dias em casos urgentes; redução substancial da taxa de visto aplicada pela Federação da Rússia para 35 euros; para algumas categorias de pessoas, isenção de visto e simplificação das exigências relativas aos documentos a apresentar).

Informação de Background

Entre a União Europeia e a Federação Russa foram estabelecidos dois acordos: um, sobre facilitação de vistos de curta duração, o outro sobre a readmissão de imigrantes ilegais.

Estes acordos só entrarão em vigor depois de um parecer do Parlamento Europeu. Coube à deputada Assunção Esteves fazer os relatórios deste parecer (comissão de liberdades cívicas, justiça e assuntos internos).

1. O acordo de facilitação de vistos visa simplificar as viagens de curta duração entre a União Europeia e a Federação Russa para grupos determinados.



O problema que se põe é o de saber até que ponto a Federação Russa cumprirá o acordo nos mesmos termos da União Europeia. A prática política da Federação Russa é a de um complexo procedimento em matéria de vistos: pagamento de taxas suplementares, registos obrigatórios em cada deslocação interna no território russo e exigência de convites para aí entrar. O Parlamento Europeu exige uma real reciprocidade no cumprimento dos acordos. Por isso, a deputada mobilizou a comissão LIBE para um largo consenso no sentido de se exigir à Comissão Europeia e ao Conselho uma declaração de compromisso de assegurar, com as diligências necessárias, essa reciprocidade.

2. O acordo de readmissão de imigrantes ilegais foi também objecto de um intenso debate na comissão LIBE. Este acordo estabelece um procedimento de regresso de imigrantes ilegais entre os dois territórios. Incide não apenas sobre os nacionais desses

territórios, mas também sobre os nacionais de países terceiros e apátridas.

Desta vez, o problema põe-se no plano da garantia dos direitos humanos. A preocupação da deputada foi desfazer a interpretação destes acordos como sendo meramente técnicos. “São acordos sobre pessoas, em circunstâncias dramáticas, num procedimento acelerado que requiere vigilância sobre os direitos humanos”.

E aqui, vários temas se abriram:

1. A situação da democracia e dos direitos humanos na Rússia deixa, na opinião pública europeia, a maior apreensão.

2. O estatuto internacional dos requerentes de asilo corre o risco de sofrer uma erosão no procedimento acelerado de readmissão.

3. O estatuto internacional dos apátridas não tem referência expressa no acordo, e não é possível também prever o seu destino final.

4. O procedimento acelerado carece de uma especial vigilância nas garantias dos direitos humanos que os termos do acordo não deixam entrever, nem mesmo nas competências da comissão mista de readmissão dos imigrantes.

Também aqui se estabeleceu um consenso no sentido de o Parlamento exigir à Comissão Europeia e ao Conselho uma declaração cuja ideia fundamental é esta: os direitos humanos constituem o parâmetro incontornável de avaliação do cumprimento do acordo e da boa fé das partes contratantes.

No âmbito do debate, o Parlamento denunciou o facto de só muito tarde ter informação sobre os contornos de ambos os acordos. Invocou a necessidade de uma prática de lealdade institucional que tenha em conta o seu papel.

O que há de novo neste acordos é que eles em regra recebem do Parlamento um mero carimbo final, sem qualquer controvérsia. Desta vez, a paisagem dos direitos humanos na Rússia foi o ponto de partida do debate lançado pela deputada relatora. E isso levou a algo não muito comum na prática interinstitucional da União: o Parlamento só votará em Estrasburgo com a declaração formal de compromisso da Comissão e do Conselho.

- Gab. Imp. PSD/CE

PE aprova acordo UE - Rússia sobre vistos e readmissão de imigrantes

-Pela primeira vez UE exige garantia de respeito pelos Direitos Humanos num acordo com a Rússia O Parlamento Europeu aprovou hoje dois Relatórios da Deputada do PSD Assunção Esteves sobre os dois acordos estabelecidos entre a União Europeia e a Federação Rússia: um, sobre facilitação de vistos de curta duração, o outro sobre a readmissão de imigrantes ilegais.

O que há de novo neste acordos é que eles em regra recebem do Parlamento um mero carimbo final, sem qualquer controvérsia. Desta vez, a paisagem dos



direitos humanos na Rússia foi o ponto de partida do debate lançado pela deputada relatora.

E isso levou a algo não muito comum na prática interinstitucional da União: o Parlamento amanhã votará em Estrasburgo com a declaração formal de compromisso da Comissão e do Conselho em que se comprometem a exigir à Rússia o respeito pelos Direitos Humanos como forma de garantir o cumprimento dos acordos.

No debate a Deputada Assunção Esteves afirmou “A letra dos acordos e a sua paisagem política suscitam ao Parlamento muitas interrogações. O acordo de facilitação de vistos não garante uma verdadeira reciprocidade entre a União Europeia e a Federação Russa.” Pois segundo a Deputada “os vistos na Federação Russa conhecem uma complexidade insuportável: registos obrigatórios em cada deslocação no interior da Rússia, taxas suplementares, autorizações adicionais, sobretudo nas viagens à Chechénia e a algumas partes da Rússia Oriental, convites para a entrada que favorecem a corrupção, obstáculos burocráticos, enfim, controlo sobre controlo.”

“Todos os sabemos, a simplificação dos vistos na Rússia está envolvida num manto de incertezas. Um forte empenhamento da Comissão e do Conselho junto das autoridades russas é o que o Parlamento Europeu deseja e espera”

Segundo Assunção Esteves “o Comité Misto de Readmissão, de que fala o acordo, não pode excluir uma competência de vigilância dos direitos humanos”(“...”) Os direitos humanos só podem constituir aqui o parâmetro

incontornável de avaliação do cumprimento dos acordos e da boa fé das partes”

A terminar Assunção Esteves dirigiu-se à Comissão e ao Conselho e disse “Srª. Comissária, Sr. Representante do Conselho, um acto político tem sempre a marca da sua circunstância. Aqui a circunstância é uma União Europeia à procura da sua própria energia e é uma Federação Russa obstinada em não subscrever declarações essenciais sobre direitos humanos. Mas o silêncio da União aqui seria a sua negação da sua cultura de direitos”

Este novo acordo impõe à Rússia a obrigação de readmitir no seu território os nacionais russos que tenham entrado e residam ilegalmente num país da União Europeia. A obrigação de readmissão estende-se também aos nacionais de países terceiros e aos apátridas que tenham entrado ilegalmente no território da União directamente a partir do território da Rússia. A mesma obrigação de readmissão é imposta aos Estados membros da União, cujos cidadãos sejam encontrados a residir ilegalmente na Federação da Rússia.

O acordo de facilitação de vistos com a Rússia é o primeiro deste género a ser concluído entre a UE e um país terceiro. O objectivo é facilitar as viagens de curta duração entre os dois territórios, com base num princípio de reciprocidade, simplificando os procedimentos para a emissão de vistos (p.ex, redução do prazo médio de emissão para 10 dias, 3 dias em casos urgentes; redução substancial da taxa de visto aplicada pela Federação da Rússia para 35 euros; para algumas categorias de pessoas, isenção de visto e simplificação das exigências relativas aos documentos a apresentar).

Relatório CIA aprovado pelo Parlamento Europeu

A sessão plenária do Parlamento Europeu, que decorreu na semana passada em Estrasburgo, aprovou o Relatório da Comissão Temporária que investigou as alegadas acções da CIA na Europa que foi presidida pelo Deputado do PSD Carlos Coelho.

Antes da votação, Carlos Coelho participou no debate que teve lugar e que contou com a presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia Franco Frattini, e da Presidência alemã do Conselho.

Na sua intervenção final como Presidente desta Comissão Carlos Coelho começou por lembrar que “Alguns quiseram esconder ou desvalorizar esta questão por ela ser embaraçosa para a relação com os nossos aliados. Não o fizemos. O Parlamento Europeu esteve à altura do que os nossos cidadãos esperam de nós.”

Carlos Coelho sublinhou e aplaudiu a declaração do Vice-Presidente Frattini que afirmou que “a segurança não pode ser a todo o custo.” Carlos Coelho disse “nessa afirmação há toda uma diferença.”

“Não apenas porque esses são valores fundamentais das nossas sociedades, mas também porque quando os esquecemos damos lugar à arbitrariedade e há vítimas inocentes que sofrem. Neste caso, isso aconteceu” lembrou o Deputado.

Carlos Coelho recordou também que recebeu muitas destas vítimas durante os trabalhos na Comissão temporária onde ouviu o testemunho de algumas delas. afirmando de seguida “Revolto-me com o cinismo de quem acha que isso é aceitável e consideram-no danos colaterais inevitáveis.”

O Deputado do PPE disse “Fizemos o nosso trabalho sem prolongar artificialmente o nosso mandato ao contrário do que alguns teriam preferido para fazerem combate político. Avaliámos os factos, identificámos comportamentos condenáveis, apontámos omissões e propomos mais de quarenta recomendações para tornar muito mais difícil a repetição destes factos no futuro.”

Carlos Coelho afirmou também que “teríamos conseguido mais se tivéssemos tido maior colaboração” de seguida agradeceu a excelente colaboração da Comissão Europeia presidida por José Manuel Barroso e “de forma especial a colaboração do vice-presidente Franco Frattini.”

Por outro lado lamentou profundamente “a generalizada falta de colaboração dos Estados-Membros. Uns mais, outros menos, mas de uma forma geral um pouco relutantes.”

“Nos países suspeitos de terem albergado prisões secretas, quero sublinhar



a excelente colaboração da Roménia e a péssima prestação da Polónia. A Polónia foi o único país onde nenhum membro do Governo e nenhum membro do Parlamento quiseram reunir connosco. Compreendo que essa recusa de colaboração reforce as suspeitas e dê mais credibilidade às alegações.”

Carlos Coelho denunciou também a “falta de colaboração do Conselho e a violação do princípio de leal colaboração entre as instituições quando o Parlamento recebeu documentos truncados e parciais com a sugestão que eram autênticos e originais.”

“É inaceitável que documentos internos da nossa União sejam classificados por exigência de Estados terceiros.”

A terminar Carlos Coelho assumiu ainda a importância de defender “os nossos valores e os nossos cidadãos” e lembrou que “alguns Deputados estavam no início genuinamente convencidos que estas alegações eram falsas, que nada tinha acontecido: prisões secretas, tortura, transporte ilegal e detenção ilegal de prisioneiros.”

Mas, pese embora, alguns ainda defendam que nada de ilegal se tenha passado na Europa, Carlos Coelho recordou “Recebemos muitas testemunhas na nossa Comissão temporária, mas a testemunha mais importante veio pelos jornais: o Presidente dos Estados Unidos da América que reconheceu a existência do programa das extraordinary renditions. Não há pois mais espaço para seriamente recusar os factos, ou negar as evidências. É tempo de colaborarmos para reforçar o diálogo e a colaboração transatlânticas em torno de causas comuns, no respeito pelas nossas leis, no respeito pelo direito internacional, no respeito pelos Direitos Humanos

Sérgio Marques promove cooperação e divulgação das melhores práticas na área dos tratamentos e gestão da água, entre Portugal e Itália

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, Sérgio Marques, liderou uma delegação composta por representantes dos sectores de gestão, abastecimento e tratamento de águas, numa visita a Veneza (Itália), a convite da autoridade local de gestão da água, o “Magistratto Alle Acque” e o maior consórcio de tratamento de águas e consultoria ambiental de Veneza, o “Consorcio Venezia Nuova”, com o objectivo de promover o intercâmbio de melhores técnicas e projectos de cooperação nesta área.

Na comitiva, de convidados escolhidos pelo Eurodeputado figuravam a Eng. Alexandra Serra (Directora de Engenharia das Águas de Portugal), o Eng. Rui Raposo Rodrigues (Director de Recursos Hídricos do Instituto da Água) e o Eng. José Pimenta de França do IGA (Instituto de Gestão da Água - Madeira).

Ao longo de dois dias os representantes da delegação portuguesa conheceram os métodos que estão a ser aplicados em Veneza, que conta com graves problemas na qualidade das águas da lagoa onde se encontra, provocados pela falta de espaço disponível para instalações e pela dificuldade em implementar estações de tratamento centralizadas dadas limitações do sistema de saneamento.

Foi abordada a possibilidade de estabelecer projectos de cooperação com o consórcio, que apresentou várias estações com diferentes métodos de tratamentos de águas com elevada eficiência e um projecto, que impressionou pela positiva e que permite tratar com muita eficiência e a baixo custo, águas de saneamento, e solucionar dois problemas ao mesmo tempo: a falta de espaço (é um sistema que permite tratamento submarino) e excesso de afluência de águas às estações de tratamento (por vezes, em horas de pico ou em caso de chuvas ou cheias, as estações de tratamento recebem mais água que aquela para que foram dimensionadas).



Notícias do Algarve

Problemas de Faro expostos por Deputado por Faro

O deputado do PSD eleito por Faro, Mendes Bota, em três requerimentos dirigidos ao Presidente da Assembleia da República, chama a atenção para um “pacote” de problemas que afectam a cidade capital do Distrito. Diz Mendes Bota:

Em 1999, o Governo da altura, legislou no sentido da criação dos Tribunais da Relação de Faro e de Guimarães. Este último está instalado desde 2002. O de Faro continua a aguardar por melhores dias, com graves inconvenientes para a aplicação da Justiça na Região do Algarve.

Em 1996, a Câmara Municipal de Faro adquiriu o Palácio Belmarço (onde funcionaram o Tribunal e a Inspeção do Trabalho), a preços inferiores ao mercado, e com o objectivo preciso de ali ser instalado o Tribunal da Relação de Faro.

Depois de vários anos com verbas simbólicas inscritas no PIDDAC, a instalação deste Tribunal chegou a ser contemplada em 2005 com 800.000 Euros, nunca aplicados pelo actual Governo, que fez mesmo desaparecer essa rubrica dos Orçamentos de Estado de 2006 e 2007.

Em data que o requerente não consegue precisar, mas seguramente anterior a 2001, foi feita uma permuta entre a Câmara Municipal de Faro e o Ministério da Justiça, envolvendo terrenos no Bairro da Atalaia e o Palácio Belmarço, mantendo-se para este o objectivo de instalar o Tribunal da Relação de Faro.

Entretanto, a Câmara Municipal de Faro, realizou neste Palácio importantes obras de recuperação.

Mais recentemente, e em paralelo com a desorçamentação do Tribunal, surgiu a notícia de que o Governo teria colocado o Palácio Belmarço na lista dos imóveis a alienar.

Por outro lado, tem-se apontado uma vaga e genérica intenção de fazer instalar este Tribunal e outras instituições judiciais no chamado campus judicial, a localizar em terrenos de cedência de uma urbanização cujo alvará foi cassado pela Câmara de Faro, e que está envolvida em processo judicial, ou seja, o assunto conhece obstáculos de natureza legal.

Por tudo o que atrás fica referido, requiro a V. Exa. se digne obter do Ministério da Justiça, resposta às seguintes perguntas:

1- Mantém o Governo a intenção de instalar o Tribunal da Relação de Faro? Quando? Onde?

2- É verdade ou não, que a eventual inscrição do objectivo concreto e preciso de instalar o Tribunal da Relação de Faro no Palácio Belmarço, constante na escritura de compra e venda celebrada em 1996 entre a Câmara de Faro e os anteriores proprietários, poderá fazer o imóvel reverter para estes últimos, caso não se concretize o objectivo que justificou a transacção?

3- Mantém ou não, o Governo, a intenção de alienar o Palácio Belmarço, e em que condições?

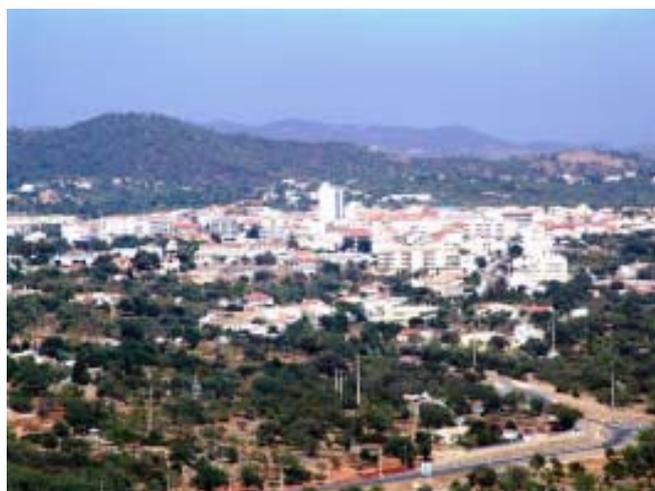
Os deficientes acessos à cidade de Faro

É um facto que ressalta à evidência, ser Faro a cidade do Algarve com piores acessibilidades, indignas de uma urbe com o estatuto de capital da Região. Basta constatar as enormes filas de trânsito que diariamente se acumulam nas entradas e saídas da cidade, atravessada pela EN 125, por todo o trânsito do troço entre Almancil e Olhão e vice-versa, e que, segundo estudos já ultrapassados pelo tempo, se estima superior a duas dezenas de milhar de viaturas, provocando um congestionamento que prejudica a fluidez do trânsito interno de Faro.

Desde Lagos, Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, Olhão, Tavira, Castro Marim a Vila Real de Santo António, não há cidade que não tenha ligações à Via do Infante. Faro, continua sem dispor de conexão própria à Via do Infante, persistindo uma ligação a S. Brás de Alportel claramente insuficiente para o tráfego actual, com graves inconvenientes e incómodos para residentes, visitantes e, de um modo geral, de quem necessita da estrada para trabalhar.

O que mais impressiona, é esta estranha passividade, quer do governo central, quer da própria autarquia, que assistem impávidos e serenos ao passar das décadas, sem que haja, nem projectos, nem opções de traçado definidas, nem estudos de impacto ambiental (um, que existia, passou o prazo de validade), nem verbas orçamentadas, nem qualquer declaração de vontade política de resolver estes problemas.

Como admitir que, à saída de Faro para Olhão, persista um troço estreito e perigoso de 400 metros, que estrangula o trânsito que circula entre aquelas



idades, numa autêntica avenida (duas faixas de rodagem de cada lado e separador central)? Como é possível que os obstáculos, quaisquer que possam ser (de natureza ambiental, cultural ou burocrática), não sejam removidos em prol de um superior interesse comum?

Como compreender que a Variante de Faro continue à espera da segunda fase, terminando de forma abrupta, sem iluminação, provocando inúmeros acidentes no seu término nascente?

Como aceitar que uma infra-estrutura fundamental para a economia do Algarve, como o Mercado Abastecedor Regional de Faro, não disponha ainda da prevista ligação directa à Via do Infante?

Por todo este conjunto de perplexidades, requiro a V. Exa. se digne obter do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, resposta às seguintes perguntas:

1- Qual o ponto da situação no que se refere ao projecto de ligação de Faro à Via do Infante, e, na sequência, à própria vila de S. Brás de Alportel? Para quando prevê o governo a concretização destas obras?

2- O que impede o governo de financiar a construção da segunda fase da Variante de Faro?

3- Em que situação se encontra a ligação directa do Mercado Abastecedor Regional de Faro à Via do Infante?

4- Que razões impedem a reformulação do troço final de 400 metros EN 125 entre Olhão e Faro, que afunila completamente o tráfego viário?

Insegurança na freguesia de Estói

A freguesia de Estói, no município de Faro, tem vivido tempos atribulados em matéria de segurança. Desde os sucessivos assaltos ao património histórico do chamado Palácio de Estói, passando pela tentativa de incêndio da própria igreja matriz, passando por actos de vandalismo na via pública, infracções à lei do ruído a altas horas da madrugada, e por assaltos e tentativas de assalto a pessoas, mercadorias e moradias, de tudo tem acontecido nos últimos tempos, o que se tem reflectido num sentimento de insegurança e de medo junto da população.

Em reunião mantida recentemente com algumas dezenas de populares daquela freguesia, foi transmitido ao requerente um grande receio de represálias, o que foi apelidado de “falta de segurança para exigir segurança”, dado o carácter conflitual e vingativo de alguns elementos da etnia cigana, ou emigrantes oriundos de países do leste europeu, o qual, não podendo ser generalizado a estas comunidades, não deixa de condicionar em muitos casos a justa denúncia junto das autoridades policiais, com receio de represálias.

Daí que seja apontada a necessidade de um reforço da presença das forças da ordem, sobretudo nos horários mais problemáticos. Apontam também os autarcas locais para a conveniência de ser reactivado em Estói o antigo posto da GNR, ou mesmo, a construção nesta freguesia de um quartel general da

GNR, para todo o espaço rural desta sub-região do Algarve, no quadro da reestruturação policial em preparação.

Por tudo o que atrás fica referido, requeiro a V. Exa. se digne obter do Ministério da Administração Interna, resposta às seguintes perguntas:

1- Tem consciência deste recrudescimento da insegurança e da criminalidade na freguesia de Estói, e que, eventualmente, não se reflecte nas estatísticas oficiais?

2- Qual a viabilidade de reactivação do antigo posto da GNR de Estói?

3- Existe algum projecto de reestruturação e redefinição das áreas de intervenção da GNR e da PSP, que pudesse contemplar a construção de um quartel-general da GNR, em espaço rural, na zona central do Algarve? – **Gab. Imp. PSD/Algarve**

Deputado Pereira da Costa em visita a Aljezur

O deputado do Partido Social-Democrata eleito pelo círculo eleitoral do Algarve, Pereira da Costa, estará no município de Aljezur, no próximo dia 24 de Fevereiro, em deslocação de trabalho parlamentar.

Pelas 11H30 horas de sábado iniciará uma visita a determinados locais do município para avaliar localmente alguns dos principais problemas por resolver, os quais afectam o bem-estar da população de Aljezur, uma das áreas do país que regista mais elevados índices de envelhecimento populacional e depressão sócio-económica.

Após o almoço, previsto para as 13H30, com dirigentes, autarcas e militantes sociais-democratas, Pereira da Costa manterá contactos com órgãos de comunicação social.

Pelas 16H30 horas, o deputado estará disponível para atender todos os cidadãos que queiram apresentar as suas questões de forma mais particular,



na sede local do Partido Social-Democrata, na Igreja Nova, em Aljezur.

A visita de trabalho insere-se no conjunto de iniciativas que os dois deputados eleitos pelo PSD – Mendes Bota e Pereira da Costa – têm mantido regularmente com o círculo eleitoral que os elegeu, em particular, com cada um dos 16 concelhos do Algarve, sendo patrocinada pela estrutura política regional do partido em estreita cooperação com a estrutura local. – **PSD/Algarve**

5 / 2007 6.Fevereiro.2007

VÁLEGA E AS “PREOCUPAÇÕES” SOCIALISTAS

O Núcleo do PSD de Válega e o grupo de Deputados que o representam na Assembleia de Freguesia de Válega, tem pautado o seu trabalho político pela seriedade, honestidade e defesa acérrima dos interesses dos cidadãos. Somos a única voz daquele órgão que se levanta perante a inércia da política socialista da freguesia uma vez que os eleitos pelo Partido Socialista se limitam a levantar o braço aquando das votações.

O Núcleo do PSD de Válega saúda, por isso, o súbito e elevado interesse que a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista demonstrou relativamente a esta freguesia, sucessivamente esquecida pelos vários executivos socialistas da autarquia, situação que nem a mudança de cor no executivo da Junta de Freguesia alterou.

O Núcleo do PSD de Válega regista com satisfação que os socialistas concelhios e locais tenham realizado um encontro de trabalho para “debater os problemas e os projectos locais e contactar alguns pontos críticos que justificam uma intervenção enérgica dos socialistas em defesa dos interesses das populações locais”.

O Núcleo do PSD de Válega não pode deixar de elucidar os váguegens sobre esta reunião uma vez que ela não passa de puro folclore político, numa altura em que as vozes de descontentamento se vão fazendo ouvir com maior intensidade e começam já a circular recolhas de assinaturas para reforçar esse desagrado perante as políticas camarárias.

O Núcleo do PSD de Válega lamenta que o comunicado saído dessa reunião apenas confirme a falta de voz activa e poder de decisão dos autarcas váguegens, que subscrevem um documento onde praticamente se iliba o executivo municipal vareiro da estagnação que a freguesia vive, sendo que para os socialistas o que se deve destacar é “a necessidade de uma maior intervenção das populações”.

O Núcleo do PSD de Válega não pode ainda deixar de considerar de uma tremenda hipocrisia política que os pontos críticos visitados tenham sido exactamente aqueles onde mais se têm ouvido vozes de descontentamento e que foram já alvo de uma recolha de assinaturas entre a população, processo que culminou com a solicitação, por parte do grupo parlamentar do PSD/Válega, de uma Assembleia de Freguesia com carácter extraordinário.

O Núcleo do PSD de Válega, por tudo isto, regista a preocupação mesmo sabendo que ela é fruto de um jogo político que visa limpar a face de um executivo que não tem vontade de investir a sul da sede do concelho. Essa é que é a verdade e o PSD/Válega lamenta o seguidismo político dos autarcas váguegens, ainda que de tempos a tempos “ameacem” (e apenas isso) bater com a porta...

O Núcleo do PSD de Válega não pode ficar indiferente a tudo isto, pois, como força política responsável e empenhada no futuro da freguesia, assumirá as suas responsabilidades e defenderá de forma intransigente os interesses dos habitantes de Válega.

O Núcleo do PSD de Válega lembra, por último, aos socialistas agora tão empenhados que Válega não precisa apenas de uma maior intervenção das populações mas também e acima de tudo de respeito, tratamento igual, as mesmas oportunidades de desenvolvimento e seriedade política. E, com toda a certeza, Válega dispensa este “carnaval” de reuniões e comunicados demagógicos e seguramente inconsequentes.

6 de Fevereiro de 2007
O Núcleo do PSD de Válega

Notícias de Setúbal

Segurança no Município de Almada: necessidade de aumento de efectivos e de novas instalações



O deputado pelo Distrito, Luís Rodrigues, apresentou na Assembleia da República e relativamente à segurança no Concelho de Almada, o seguinte requerimento:

As questões de segurança são uma preocupação das populações, face ao aumento da criminalidade urbana.

O Município de Almada, pelas suas idiossincrasias próprias tem problemas de criminalidade e de insegurança.

Para um eficaz combate à criminalidade é fundamental um reforço dos efectivos da GNR e da PSP, a par de uma melhoria das instalações daquelas forças de segurança.

Por ser do interesse público os Deputados abaixo assinados, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais em vigor, vêm requerer ao **Ministério da Administração Interna** que informe:

1. Para quando está prevista a reorganização territorial da PSP e da GNR?

2. Para quando o reforço de meios humanos?
3. Para quando a construção de novos postos e de novas esquadras?
4. Para quando a aquisição de novas viaturas e de outros equipamentos para auxiliar o combate à criminalidade?
5. Para quando o reforço da Esquadra do Laranjeiro/Feijó?
6. Para quando a construção de uma nova esquadra na Costa da Caparica?
7. Para quando a construção da esquadra/posto do P.I.A. – Plano Integrado de Almada?
8. Qual a avaliação que o Ministério da Administração Interna faz da situação da segurança no Concelho de Almada? - **LRodrigues**

Comunicado da JSD do Seixal, a propósito da alternativa à Nacional 10

A JSD Seixal lançou no passado dia 6 de Fevereiro um novo Outdoor com a frase **“Prometeram? Agora cumpram! Terminem a alternativa à estrada nacional 10”**, que tem, na sua génese, os seguintes motivos:

Ter sido assaz divulgada a construção de uma via alternativa à Estrada Nacional 10, sendo que, porém, na prática, apenas foi construído um troço da mesma em Corroios, facto que parece não desmotivar a Câmara Municipal do Seixal na prossecução da propaganda (em vez de prosseguir efectivamente com a sua execução)

Perante a paragem do licenciamento de uma área comercial nos terrenos da Quinta da Princesa devido à investigação do corte ilegal de sobreiros, temos cada vez mais dúvidas relativamente à exequibilidade do projecto;

Em virtude dos desentendimentos entre Governo e Câmara Municipal de Almada o projecto do Metro Sul do Tejo não tem ainda circulação à vista (atente-se ao facto de o Metro Sul do Tejo, uma vez em circulação, constituir uma alternativa à estrada em questão, do que se retira que, não só a Câmara não dá prosseguimento ao projecto da estrada a que se propôs, nem às possíveis alternativas à mesma, a que também se comprometeu);

O facto de a estrada do Talaminho continuar em constante degradação – problema ignorado e negado pela Câmara Municipal do Seixal – sendo cada vez mais complicado funcionar como estrada alternativa.

As previsões no sentido de um aumento do volume de tráfego que, por sua vez, buscam o seu fundamento nas previsões da Câmara Municipal do Seixal para o aumento de população no concelho. – **CPS/JSD-Seixal**



Comissão Permanente

Apreciada a lei das Finanças Regionais como profundamente injusta e arbitrária

Após a sua reunião do dia 19, a Comissão Permanente do PSD emitiu o seguinte comunicado, lido pelo nosso Seretário-geral:

«1. A lei das Finanças Regionais, hoje publicada, é uma lei profundamente injusta e arbitrária. Não foi ditada por objectivos de rigor financeiro e contenção orçamental. Foi motivada, sim, por manobras partidárias, ignorando os interesses do País, desprezando o Povo Madeirense e colocando em causa a estabilidade das relações financeiras entre o Estado e a Região Autónoma da Madeira.

Esta lei traduz ainda uma profunda alteração das regras financeiras que presidiram ao compromisso eleitoral firmado entre o PSD/Madeira e o Povo Madeirense e à elaboração do programa do Governo Regional para a legislatura em curso.

A alteração destas regras, ocorridas a meio do mandato, impossibilita ilegitimamente o cumprimento do Programa Eleitoral do PSD/Madeira, maioritariamente sufragado pelos eleitores, e do programa de Governo aprovado na Assembleia Legislativa Regional.

Por isso mesmo, a lei aprovada na Assembleia da República, apenas com os votos do PS, põe em causa as condições e pressupostos do mandato democraticamente recebido dos eleitores Madeirenses. É uma lei injusta e arbitrária.

2. É esta lei, da responsabilidade do PS, que, pelas consequências que impõe, obriga o PSD/Madeira a devolver a palavra aos eleitores, recorrendo a eleições antecipadas.

Do ponto de vista ético e político, esta decisão é não apenas totalmente legítima, como traduz um profundo respeito para com os eleitores madeirenses.

O PSD exprime assim o seu apoio à decisão tomada pelo Presidente do PSD/Madeira e Presidente do Governo Regional, Dr. Alberto João Jardim, manifesta a sua total solidariedade ao PSD/Madeira e reafirma o seu empenhamento no projecto autonómico de que os social-democratas madeirenses têm sido, e continuarão certamente a ser, os grandes protagonistas.

- A Comissão Permanente do PSD, 19 de Fevereiro de 2007

A decisão da Comissão Permanente representa claro apoio a Alberto João Jardim

À “total solidariedade” aos sociais-democratas madeirenses, expressa na Comissão Permanente do PSD Alberto João Jardim, vem adicionar-se o anúncio da recandidatura o líder madeirense, a novo mandato, quando das inevitáveis eleições.

A lei das finanças regionais, “...não foi ditada por objectivos de rigor financeiro e contenção orçamental. Foi motivada, sim, por manobras partidárias, ignorando os interesses do País, desprezando o povo madeirense e colocando em causa a estabilidade das relações financeiras entre o Estado e a Região Autónoma da Madeira, traduz uma profunda alteração das regras financeiras que presidiram ao compromisso eleitoral” com que o PSD se apresentou às eleições de 2004 e “à elaboração do programa do Governo Regional”.

Para a direcção de Marques Mendes, é a própria lei, “da responsabilidade do PS”, que “obriga o PSD/Madeira a devolver a palavra aos eleitores, recorrendo a eleições antecipadas”.

O corte nas transferências para a Madeira, que atingirá os 34 milhões de euros já em 2007, tem sido um dos aspectos mais criticados pelo PSD e pelo líder regional madeirense.

A lei das Finanças Regionais foi aprovada no Parlamento a 30 de Novembro de 2006 com os votos do PS, a abstenção do CDS-PP e os votos contra do PSD, PC P e Bloco de Esquerda.

Em Dezembro, PSD pediu a fiscalização do diploma pelo Tribunal Constitucional que, a 12 de Janeiro, se pronunciou a favor da lei.

O Presidente Cavaco Silva promulgou a nova lei das Finanças Regionais a 07 de Fevereiro.

Assim, no dia 18, o presidente do governo regional da Madeira, anunciou



a demissão do cargo que ocupa desde 1978, interrompendo pela primeira vez um mandato em quase três décadas à frente do executivo madeirense.

A decisão foi confirmada pelo próprio presidente do governo numa “comunicação aos madeirenses” feita a partir do salão nobre do governo regional, após uma reunião da comissão política regional do PSD-Madeira realizada na tarde do dia 18.

“Decidi apresentar a demissão do governo regional porque não estou em posição de enfrentar esta multiplicação de novos problemas, sem um mandato claro do eleitorado da Região Autónoma da Madeira”, declarou Jardim.

“Coloco-me nas mãos do povo, mas ao recandidatar-me à liderança do governo regional demonstro que não fujo, nem abandono, quando as circunstâncias estão insuportavelmente muito mais difíceis”, afirmou

Alberto João Jardim - 40 eleições sem derrotas

Alberto Jardim é fundador e líder do PSD-Madeira desde 1974 e chefe do executivo madeirense desde 1978, tendo conseguido até ao momento quarenta vitórias eleitorais na Região Autónoma da Madeira.

Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, nascido a 04 de Fevereiro de 1943, é licenciado em direito pela Universidade de Coimbra.

Foi professor dos ensinos técnico e secundário, director do Centro de Formação Profissional da Madeira e jornalista profissional, tendo sido director do matutino regional Jornal da Madeira.

Durante o cumprimento do serviço militar, Jardim foi oficial de acção psicológica no Estado-Maior do Exército, em Lisboa e no quartel-general da Madeira.

Em termos de cargos comunitários, desde 1978 que é membro do congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, presidindo à delegação portuguesa.

De 1978 a 1996 foi presidente da Conferência das Regiões Periféricas da UE, do qual é Presidente Honorário.

O líder insular foi igualmente co-fundador da Assembleia das Regiões da Europa e é, presentemente, vice-presidente do Partido Popular Europeu.

Jardim foi empossado a 16 de Novembro de 2004 como presidente do IX governo madeirense, na sequência de mais uma vitória nas eleições legislativas regionais que aconteceram a 17 de Outubro desse ano, tendo reconduzido todos os elementos do seu anterior executivo.

Pela primeira vez, em 30 anos da história da autonomia madeirense, Alberto João Jardim não cumpre um mandato até o fim. - **Fonte: Lusa**



ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD de Entroncamento, para uma Assembleia de militantes a ter lugar no dia 24 de Fevereiro de 2007, pelas 15h00, na Sede local do PSD, para dar cumprimento à seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Balanço e contas de 2006;
3. Orçamento para 2007;
4. Análise da situação política.

ESTREMOZ

Nos termos do disposto no art.º 51.º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se o plenário de militantes da Secção de Estremoz do PSD para reunir no próximo dia 25 de Fevereiro de 2007, pelas 16 horas, no Salão do Edifício-Sede da Freguesia de Estremoz (Santa Maria), com a seguinte ordem de Trabalhos:

1. Prestação de contas do exercício de 2006;
2. Plano e Orçamento para 2007;
3. Grupos temáticos;
4. Análise da situação política.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir no próximo dia 9 de Março de 2007, pelas 21h30, na sede da Secção, sita à Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na cidade de Santa Maria da Feira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Relatório e contas de 2006;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

VALE DE CAMBRA

Nos termos dos estatutos do PSD, convoco a assembleia de Secção de Vale de Cambra, para a realização de um plenário pelas 20,30 horas do dia 28 de Fevereiro de 2007, na sede concelhia sita na Avenida Camilo de Matos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das contas de 2006
2. Análise da situação política partidária

VILA DO CONDE

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos, convocam-se todos os militantes da Secção para uma reunião da Assembleia de Secção de Vila do Conde a realizar no dia 23 de Março de 2007, pelas 21h00, na sua sede, sita na Praça da República, 7, em Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Notificação das Convocatórias;
2. Prestação de contas relativas ao ano de 2006;
3. Orçamento para o ano de 2007;
4. Situação político-partidária.

VILA POUCA DE AGUIAR

Nos termos estatutários, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Vila Pouca de Aguiar, para reunir no próximo dia 3 de Março de 2007 (sábado), na sede do Partido, sita na Rua Prof. Mota Pinto, n.º 10, em Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto um: Discussão e aprovação de contas;
- Ponto dois: Análise da situação política;
- Ponto três: Outros assuntos de interesse.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes inscritos na Secção de Tomar, para o Plenário de Secção a realizar no dia 17 de Março de 2007, pelas 14 horas, na Sede do PSD, sita na Rua da Fábrica da Fiação, n.º 57, em Tomar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão sobre a actualidade política;
- 2 – Aprovação do relatório de actividades e orçamento de 2006;
- 3 – Aprovação do relatório de actividades e orçamento de 2007;
- 4 – Informações.

O Presidente da Mesa

(Pedro Coelho das Neves)

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de São Pedro do Sul para reunião a realizar no próximo dia 17 de Março de 2007, pelas 21h30 na Sede da Associação Cultural de Drizes – São Pedro do Sul, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política.

A Presidente da Mesa

(Mónica Almeida)



MONTE-MOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Secção, para reunir no dia 3 de Março de 2007, pelas 17h30, na Escola Profissional de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Programação de actividades;
- 4 – Outros Assuntos.

O Presidente da Mesa

(Bruno Filipe Rama Travassos)

TOMAR